



PRIMEIRA REVISÃO DO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Soure

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[elaborado nos termos dos n.º3 e 4 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio]

outubro de 2016

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Âmbito

O plano diretor de municipal de Soure entrou em vigor em **27 de julho de 1994 através da Resolução do Conselho de Ministros 58/94**. Passaram mais de 20 anos do processo de implementação e, naturalmente, neste período já longo, o contexto [económico, social, ambiental, urbanístico e jurídico] mudou profundamente. Hoje, o território e as dinâmicas nele instaladas ou emergentes **exigem uma abordagem renovada do modelo estratégico de desenvolvimento e do modelo de ordenamento**.

O presente Relatório acompanha a deliberação da Câmara Municipal que determina o início do processo de elaboração da primeira revisão do PDM de Soure e foi elaborado nos termos dos **n.º3 e 4 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio**.

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Metodologia	6
3. Enquadramento Territorial e Socioeconómico	7
3.1. Enquadramento Territorial	7
3.2. Sociodemografia e Habitação	10
3.3. Estrutura Socioeconómica	17
3.4. Sistema Ambiental	22
3.4.1. Localização e Paisagem	22
3.5.1. Equipamentos de Utilização Coletiva	33
3.5.2. Património	36
3.5.3. Infraestruturas	38
3.5.4. Acessibilidades e Transportes	41
4. Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais	48
4.1. Articulação dos Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais com o PDM	48
4.2. Âmbito Nacional	50
4.2.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do território (PNPOT)	50
4.2.2. Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis (PBGH)	52
4.2.3. Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	54
4.2.4. Plano Nacional Rodoviário 2000 (PRN2000)	57
4.3. Âmbito Regional	58
4.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro (PROT-C)	58
4.3.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal - Centro Litoral (PROF-CL)	67
5. Instrumentos de Gestão Territorial Municipal	71
5.1. Síntese dos Planos Municipais de Ordenamento do território do Município de Soure	71
5.2. PMOT do Município de Soure em vigor	72
5.2.1. Plano Diretor Municipal	72
5.2.2. Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure	72
5.2.3. Plano de Pormenor do Centro Náutico de Remo	72
5.3. Planos em elaboração	72
6. Ocupação do Solo e Concretização Urbanística	73
6.1. Níveis de Execução do PDM	73
6.2. Apreciação e Quantificação global do nível de consolidação	73
7. Dinâmica Urbanística	80
8. Síntese	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização NUT II – Região Centro e NUT III – Região de Coimbra	7
Figura 2 – Concelhos pertencentes à Região de Coimbra	7
Figura 3 – Localização Geográfica do Concelho e Freguesias de Soure Fonte: Elaboração própria	8
Figura 4 - População empregada por setor se atividade	18
Figura 5 – Extrato das unidades paisagísticas	22
Figura 6 - Altimetria do concelho de Soure	24
Figura 7 – Rede aproveitamento hidroagrícola do Mondego Fonte: www.abofhbm.net	25
Figura 8 - Enquadramento do concelho de Soure no contexto do PBGH	26
Figura 9 – Soure no contexto das áreas SIC/ZPE/RAMSAR	26
Figura 10 - Paul de Madriz Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.	28
Figura 11 – Plano setorial da Rede Natura 2000 ZPE/RAMSAR Paul da Madriz	29
Figura 12 - Aptidão de produção Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.	30
Figura 13 - Funcionalidades Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.	31
Figura 14 - Recolha Indiferenciada de Resíduos Sólidos Urbanos Fonte: Câmara Municipal de Soure	40
Figura 15 - Evolução da recolha seletiva no Concelho de Soure Fonte: Câmara Municipal de Soure	41
Figura 16 - Evolução da recolha de monos no Concelho de Soure (ton) Fonte: Câmara Municipal de Soure	41
Figura 17 - Rede Viária no Concelho de Soure Fonte: PRN2000	42
Figura 18 - Riscos em Portugal Continental Fonte: Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Soure. Dezembro 2010	46
Figura 19 - Âmbito territorial do PGBH do Vouga, Mondego e Lis Fonte: APA, PBH do Vouga, Mondego e Lis	53
Figura 20 - Rede Natura 2000 no concelho de Soure Fonte: ICNB	55
Figura 21 - Paul de Madriz Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.	57
Figura 22 - Espaços da Região Centro – geografia de intervenção do PROT-C	59
Figura 23 - Síntese 1 do Modelo Territorial Reorientado do PROT-C Fonte: PROT-C (em elaboração) CCDR-C	61
Figura 24 - Síntese 2 do Modelo Territorial Reorientado do PROT-C Fonte: PROT-C (em elaboração) CCDR-C	61
Figura 25: Sistema Urbano da Região Centro Fonte: Proposta do PROT Centro setembro, 2010	64
Figura 26: Sistema Urbano Proposto do município de Soure	66
Figura 27 - Sub-regiões homogéneas do PROF-CL Fonte: PROF - CL	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – População residente, 1991 a 2011	10
Quadro 2 - Retrato Sintético do Concelho de Soure Fonte – INE	11
Quadro 3 - População residente, 1991 a 2011 Fonte – INE	12
Quadro 4 - População e Nível de escolaridade completo Fonte – INE	14
Quadro 5 - Edifícios, Alojamentos familiares e famílias clássicas no Concelho Fonte – INE	15
Quadro 6 - Indicadores médios no Concelho Fonte – INE	16
Quadro 7 - Projeções demográficas para 2030	17
Quadro 8 - Indicadores Sócio Económicos do Concelho de Soure Fonte – INE	17
Quadro 9 - Taxa de desemprego Fonte – INE	18
Quadro 10 - População empregada segundo setor de atividade Fonte – INE	18
Quadro 11 - Número de Empresas por Ramo e Setor de Atividade Fonte – INE	19
Quadro 12 - Tipos de riscos	47
Quadro 13 - Percentagem de consolidação dos diversos aglomerados urbanos do concelho de Soure	74
Quadro 14 - Total por freguesia, do nível de consolidação dos aglomerados urbanos	77
Quadro 15 - Níveis de consolidação das áreas industriais	78
Quadro 16 - Total áreas de atividade económica e aglomerados urbanos	78
Quadro 17 - % de consolidação nas áreas de expansão a sujeitar à elaboração posterior de plano	78
Quadro 18 – Alvarás de construção 1974-2015	81
Quadro 19 - Alvarás de construção 2000-2015	81

1. Introdução

As entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina, a nível municipal, a necessidade de elaboração de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) de quatro em quatro anos, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente de adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração.

Este documento será submetido a um período de discussão pública, através da página da Câmara Municipal, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal. De acordo com o n.º 4 do Artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

O REOT de Soure 2016 tem como objetivo promover a avaliação e análise da concretização das estratégias de desenvolvimento territorial presentes nos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência no Município. Para esta análise é ainda fundamental perceber as dinâmicas e a evolução demográfica, económica e da estruturação e ocupação urbana nos últimos anos.

2. Metodologia

Este relatório foi elaborado com recurso a dados estatísticos dos Censos, recolha de informação diversa sobre o território do município de Soure e através da compilação de informação geográfica com vista obter um retrato da evolução da ocupação do território.

Por forma a facilitar esta análise, e a simplificar o desenvolvimento do trabalho, recorre-se em alguns casos, a uma abstração da realidade. A análise estatística para o município de Soure, baseia-se nestes limites das freguesias, já que os dados disponíveis, estão agregados a este nível.

Para além de considerar o nível de execução dos instrumentos de planeamento em vigor, este relatório procura fazer uma recolha atualizada dos dados da caracterização social, económica e habitacional no Município para perceber a evolução ocorrida nos últimos anos.

Procura-se, ainda, para identificar o nível de concretização do espaço urbano previsto nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, perceber a dinâmica urbana, nomeadamente as áreas que sofreram maior pressão.

A par desta análise aproveita-se para fazer um ponto de situação dos instrumentos de gestão territorial, de âmbito Nacional, Regional e Intermunicipal, com incidência no Município de Soure.

Apresenta-se ainda, uma análise dos dados decorrentes da gestão urbanística dos últimos anos com vista à perceção da evolução da sua dinâmica.

3. Enquadramento Territorial e Socioeconómico

3.1. Enquadramento Territorial

A nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos foi criada pelo EUROSTAT assim como pelos institutos nacionais de estatística dos vários países da UE, em Portugal este processo resultou numa série de reorganizações administrativas, até que através do regulamento (EU) nº 868/2014 da comissão, de 8 de Agosto de 2014, se estabeleceu que as NUTS nível III passam a ter limites territoriais no Continente, coincidentes com os limites das comunidades intermunicipais definidos na lei nº 75/2013.

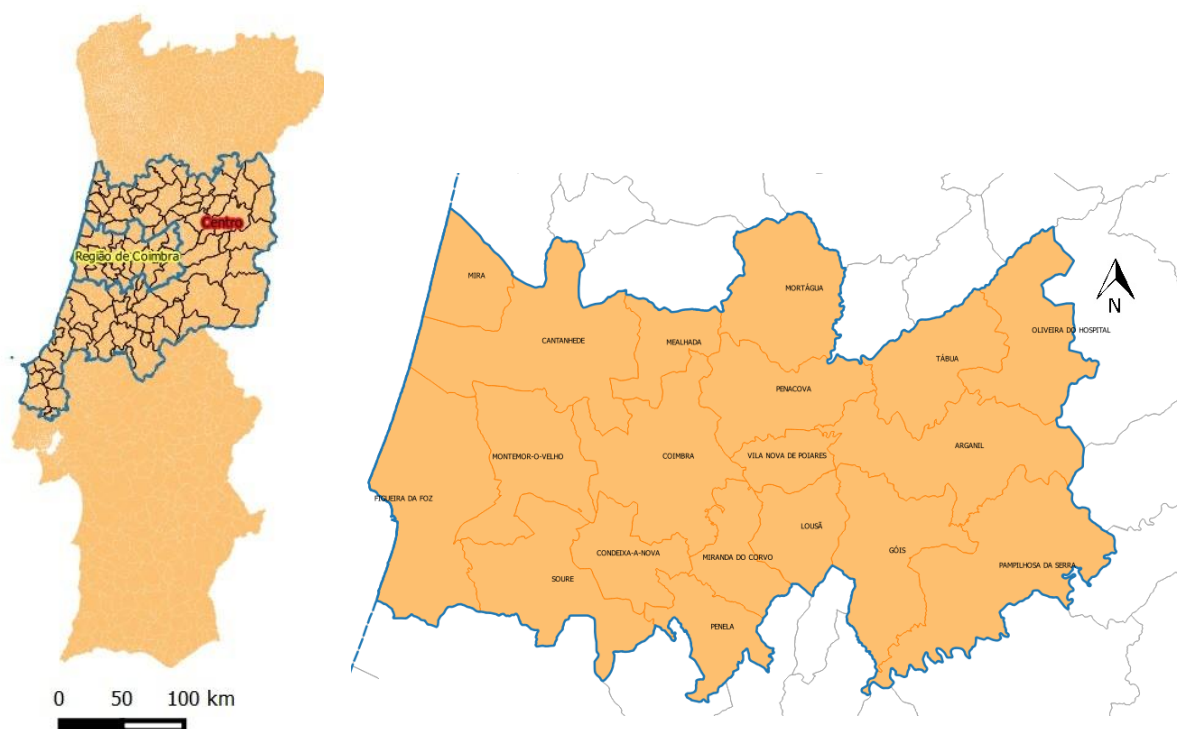


Figura 1 – Localização NUT II – Região Centro e NUT III – Região de Coimbra

Figura 2 – Concelhos pertencentes à Região de Coimbra

Fonte: Elaboração própria

Assim, o concelho de Soure localiza-se no distrito de Coimbra íntegra a NUTII - Região Centro e a NUT III Região de Coimbra. Esta sub-região estatística é delimitada a norte com a Região de Aveiro e Dão Lafões, a leste com a Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, a oeste com o Oceano Atlântico. Possui uma área total de 4335,57 km² e conta com 445 975 habitantes. A NUT III, Região de Coimbra integra dezanove concelhos sendo estes: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Louçã, Mealhada, Mira,

Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

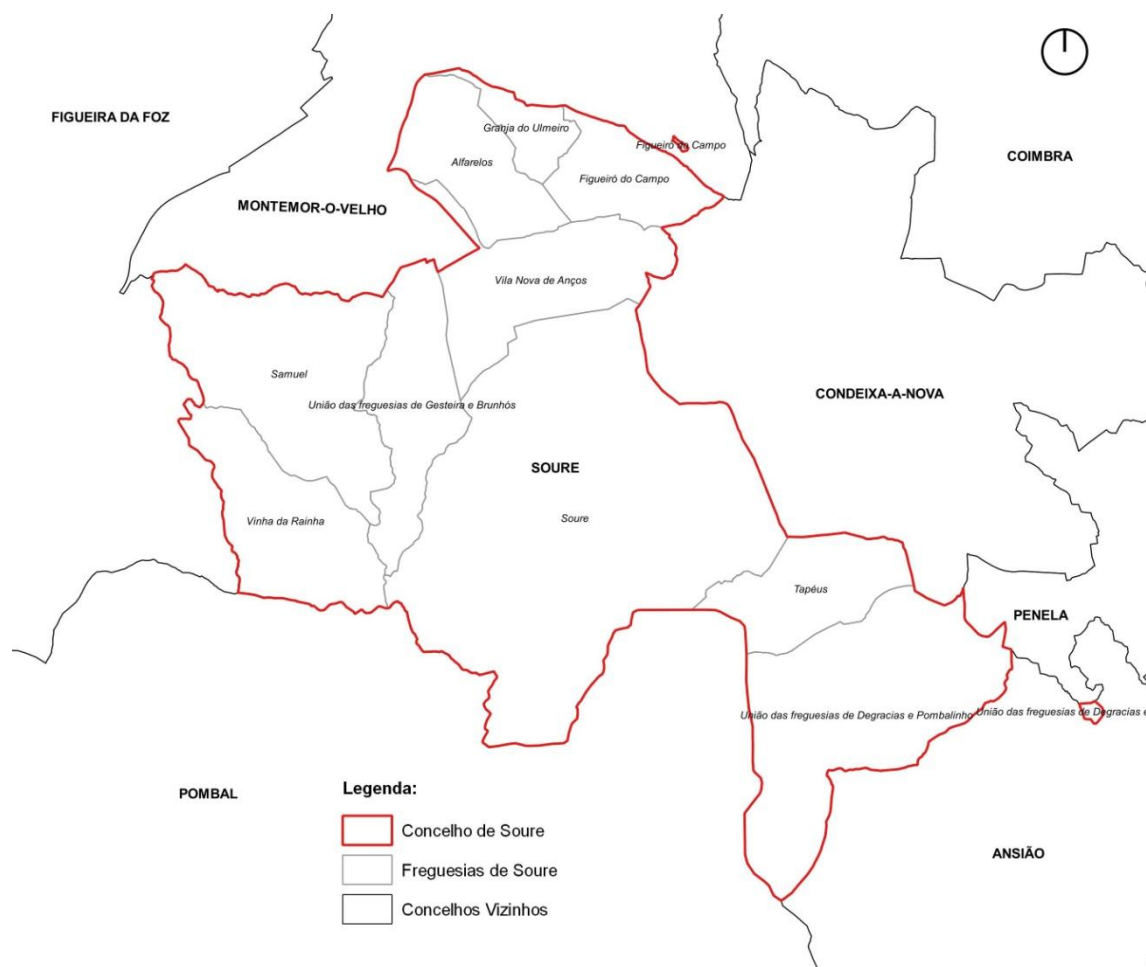


Figura 3 – Localização Geográfica do Concelho e Freguesias de Soure | Fonte: Elaboração própria

O concelho de Soure, tem por limites, a norte o concelho de Montemor-o-Velho; a nascente os concelhos de Condeixa-a-Nova e Penela, a sul os concelhos de Ansião e Pombal e a oeste o concelho da Figueira da Foz. Tem uma área total de 265,1km² e uma população de sensivelmente 19 mil habitantes. Atualmente e devido à recente reorganização administrativa das freguesias, o concelho de Soure é composto por 10 freguesias: União das Freguesias de Degracias e Pombalinho; União das Freguesias de Gesteira e Brunhós; Tapéus; Vinha da Rainha; Soure; Vila Nova de Anços; Figueiró do Campo; Samuel; Alfarelos e Granja do Ulmeiro.

Geograficamente o concelho de Soure apresenta duas zonas com características bem diferenciadas. Uma zona de Serra, que integra a sub-região de Sicó, essencialmente constituída pelas freguesias de Tapéus e União de Freguesias Degracias e Pombalinho.

Nesta área destacam-se a produção de queijo de Rabaçal, importante também referir que esta região é demarcada pelo funcionamento de várias unidades de extração de calcários e ainda pela presença de uma unidade industrial de torrefação de frutos secos. Por outro lado, o restante concelho, mais plano, é dominado pelas bacias de aluvião dos rios Anços, Arunca e Pranto, com maior riqueza de solo e uma maior proximidade aos principais eixos de comunicação da região e do país. Naturalmente tem apresentado um maior índice de desenvolvimento assente num quadro diversificado de atividades no plano setorial.

O Concelho de Soure é rico em associativismo, designadamente nos âmbitos, cultural (grupos de folclore, de teatro, filarmónicas e escolas de música), desporto e de ação social. A Câmara Municipal de Soure tem vindo a consolidar uma política integrada e diversificada de apoios, sempre com dimensão concelhia, opção assumidamente descentralizadora que se tem revelado como um dos vetores mais relevantes na realização efetiva de um investimento público intenso, espacial e funcionalmente equilibrado, estratégia considerada como única e mesmo imperativa, quando o que está em causa é que se continue a fazer de Soure um concelho cada vez mais atrativo, onde se possam sentir cada vez melhor [www.cm-soure.pt].

3.2. Sociodemografia e Habitação

[a] População

O tratamento dos dados estatísticos baseia-se na informação disponibilizada no sítio do Instituto Nacional de Estatística, principal fonte de pesquisa do presente trabalho, assim, adota-se a reorganização anterior à aplicação do Regulamento datado de 2014.

Analisando a dinâmica demográfica do Baixo Mondego, no período compreendido entre 1991 a 2001, verificou-se que apesar dos concelhos de Montemor-o-Velho (-3,4%) e Mira (-2,9%) apresentarem dinâmicas recessivas relativamente à sua população residente, esta sub-região estatística contou com um ganho de 4% da população residente no período em questão. Contribuindo para esta dinâmica positiva principalmente os concelhos de Condeixa-a-Nova (+17,8%) e Coimbra (+6,8%).

Na última década censitária, 01-11, a dinâmica demográfica da sub-região do Baixo Mondego registou um efetivo decréscimo (-2,3%). Para esta dinâmica regressiva contribuíram principalmente os concelhos de Penacova (-8,8%) e **Soure (-8,09%)**. Apesar desta tendência regressiva da subregião, podemos destacar os que apresentam acréscimo da sua população residente, Condeixa-a-Nova (+11,3%) e Montemor-o-Velho com um aumento relativo de cerca de 3%, cenário contrário ao da década anterior.

Quadro 1 – População residente, 1991 a 2011

Unidade Territorial	População Residente			91 a 01		01 a 11	
	1991	2001	2011	Var Abs	Var %	Var Abs	Var %
Centro	2258768	2348397	2327755	89629	4,0	-20642	-0,9
Baixo Mondego	328858	340309	332326	11451	3,5	-7983	-2,3
Cantanhede	37140	37910	36595	770	2,1	-1315	-3,5
Coimbra	139052	148443	143396	9391	6,8	-5047	-3,4
Condeixa-a-Nova	13027	15340	17078	2313	17,8	1738	11,3
Figueira da Foz	61555	62601	62125	1046	1,7	-476	-0,8
Mira	13257	12872	12465	-385	-2,9	-407	-3,2
Montemor-o-Velho	26375	25478	26171	-897	-3,4	693	2,7
Penacova	16748	16725	15251	-23	-0,1	-1474	-8,8
Soure	21704	20940	19245	-764	-3,5	-1695	-8,1

Fonte: INE – 1991, 2001 e 2011

Recorrendo à informação estatística disponível no sítio do Instituto Nacional de Estatística traça-se um retrato geral do concelho de Soure.

Quadro 2 - Retrato Sintético do Concelho de Soure | Fonte – INE

Designação	Unidade	Ano
Área Total	265,1 Km ²	2011
Freguesias	12	2011
Densidade Populacional	72,6 hab/ Km ²	2011
População Residente HM, em 2011	19.245 Indivíduos	2011
População Residente HM, em 2001	20.940 Indivíduos	2001
Estimativa da População Residente dos 25 aos 49 anos	5.535 Indivíduos	2014
Estimativa da População Residente dos 50 aos 64 anos - Total	3.733 Indivíduos	2014
Estimativa da População Residente	18.231 Indivíduos	2014
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 0 a 14 anos	-10,4%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 14 a 25 anos	-37,3%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 24 a 65 anos	-5,7%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011 - 65 ou mais anos	3%	2011
Variação População Residente, 2001 e 2011	-8,1%	2011
Nados vivos, HM	103	2014
Óbitos, HM	288	2014
Taxa de Natalidade	5,6‰	2014
Taxa de Mortalidade	15,7‰	2014
Índice de Envelhecimento	238,5%	2011

No período 2001/2011, quando se observa a população por grupos etários, a mesma manifesta tendência para um progressivo envelhecimento, acrescentando o facto de o indicador da mortalidade (15,7‰) ser muito superior ao da natalidade (5,6‰) e a variação da população com idades compreendidas entre os 0 e 25 anos, naquele período, apresentar também taxas negativas. Este facto é reforçado pelo índice de envelhecimento (238,5%).

No último período intercensitário (2001-2011), em que se reforçou o declínio demográfico da década anterior (1991-2001), salientam-se as perdas demográficas mais significativas na freguesia de Tapéus (-24,4 %) e União de freguesias de Degracias (-12,2%) e Pombalinho (-19,8%), sendo estas pertencentes à Zona de Serra e, como tal mais suscetíveis a estes fenómenos, e a freguesia Vila Nova de Anços (-15,6%). De salientar que Granja do Ulmeiro foi a única freguesia a registar um acréscimo populacional de cerca de 12%. Este aumento deve-se à proximidade desta freguesia aos Centros Urbanos de Coimbra e Figueira da Foz,

conjugado com a existência da estação ferroviária de Alfarelos – Granja do Ulmeiro e de um parque habitacional com preços mais competitivos que os de Coimbra.

Quadro 3 - População residente, 1991 a 2011 | Fonte – INE

Unidade Territorial	População Residente			91 a 01		01 a 11		
	1991	2001	2011	Var Abs	Var %	Var Abs	Var %	
Concelho	21704	20940	19245	-764	-3,5	-1695	-8,1	
Alfarelos	1733	1566	1439	-167	-9,6	-127	-8,1	
Figueiró do Campo	1732	1672	1507	-60	-3,5	-165	-9,9	
Granja do Ulmeiro	1662	1669	1866	7	0,4	197	11,8	
Samuel	1545	1398	1254	-147	-9,5	-144	-10,3	
Soure	8400	8459	7917	59	0,7	-542	-6,4	
Tapéus	445	447	338	2	0,4	-109	-24,4	
Vila Nova de Anços	1327	1318	1113	-9	-0,7	-205	-15,6	
Vinha da Rainha	1671	1583	1397	-88	-5,3	-186	-11,7	
Degracias	UF	539	516	453	-23	-4,3	-63	-12,2
Pombalinho		1242	1006	807	-236	-19,0	-199	-19,8
Gesteira	UF	1197	1104	974	-93	-7,8	-130	-11,8
Brunhós		211	202	180	-9	-4,3	-22	-10,9

Relativamente à distribuição da população pelas freguesias, verifica-se que, em 2001, Soure, sendo a freguesia com maior área do Concelho, também é a mais populosa, com 8 459 habitantes, a que corresponde um peso de 40,4% da população total do Concelho. Por outro lado, a menor freguesia - Brunhós, é a menos populosa do Concelho, com 0,96% da população total. Situação que se mantém em 2011, em que as percentagens são bastante semelhantes, 41,14% (7 917 habitantes) no caso de Soure e de 0,93% (180 habitantes) em Brunhós.

O Concelho de Soure tem vindo a perder população ao longo de vários anos, não se verificando renovação efetiva da mesma, o que tem provocado um sucessivo envelhecimento da população concelhia. Este fenómeno afeta de um modo geral todas as freguesias do Concelho.

A distribuição da população por grandes grupos etários reflete aspetos conjunturais que afetam os territórios em determinado período. A proporção existente entre os três grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) merece especial atenção devido ao facto dos inativos (jovens e idosos) exercerem uma pressão de dependência sobre os ativos (adultos) dado que consomem parte da riqueza produzida por estes últimos.

A pirâmide etária de Soure, em 2011, é característica de uma população adulta, em que se regista uma forte diminuição da população da base da pirâmide, devido à diminuição da natalidade, e um aumento considerável da população idosa, em resultado do aumento da esperança média de vida – duplo envelhecimento.

Tal como já referido, a estrutura etária do concelho reflete os vários acontecimentos que afetam o território tais como as migrações, que provocam os desequilíbrios na relação de masculinidade e a diminuição da população jovem fruto de uma redução drástica na natalidade, a partir de meados dos anos 80. A pirâmide de 1991 é um reflexo claro dos efeitos da emigração em que se verificam as classes ocas da população dos 30 aos 54 anos.

Por último, é patente o aumento da esperança média de vida e a entrada de população adulta e idosa (regresso de emigrantes), que se reflete no topo da pirâmide.

A distribuição da população por grandes grupos etários, em 2011, revela uma elevada percentagem de população idosa, relativamente à população jovem, o que se reflete no índice de envelhecimento de 238,5 por 100.

Por freguesia, e relativamente a 2011, podem observar-se os seguintes comportamentos¹:

- Freguesias mais envelhecidas: União das freguesias de Degracias e Pombalinho, União das freguesias de Gesteira e Brunhós e Tapéus.
- Freguesias mais jovens: Granja do Ulmeiro e Soure;
- Freguesias com um peso superior de população em idade ativa: Alfarelos, União das freguesias de Gesteira e Brunhós, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro e Soure.

Efetuada uma análise, com base na tabela, sobre a população e o nível de escolaridade completo que possuem, conclui-se que a maioria da população residente (51%) frequentou até ao 1º ciclo de ensino básico (5 399 indivíduos).

¹ Observados em relação à média concelhia

Quadro 4 - População e Nível de escolaridade completo | Fonte – INE

Designação	Unidade	Ano
População Residente HM - nenhum nível ensino	4.693 Indivíduos	2011
População Residente HM - 1º ciclo ensino Básico	5.399 Indivíduos	2011
População Residente HM - 2º ciclo ensino Básico	1.966 Indivíduos	2011
População Residente HM - 3º ciclo ensino Básico	3.116 Indivíduos	2011
População Residente HM - ensino Secundário	2.579 Indivíduos	2011
População Residente HM - ensino Pós Secundário	160 Indivíduos	2011
População Residente HM - ensino Superior	1.332 Indivíduos	2011
Taxa de Analfabetismo HM, em 2001	16,9%	2011
Taxa de Analfabetismo HM, em 2011	10,3%	2011

De notar que ainda há um número elevado de população sem qualquer nível de escolaridade completo (4 693 indivíduos), que faz com que a taxa de analfabetismo em 2011 seja de 10,3%, menor do que em 2001, que representava 16,9% da população residente.

Outro dado a ter em conta é o número de indivíduos que possuem o nível superior de ensino, no concelho de Soure situa-se nos 7% da população residente. Este fator pode ser uma mais-valia para o concelho, caso estes se fixem em Soure, pois constituem pessoas especializadas e que podem ser uma fonte de conhecimento, inovação e progresso para o concelho e desta forma contribuir para uma região mais forte e competitiva.

Da população escolar atual do Concelho, ou seja 2 453 alunos, 174 são alunos de outros concelhos que frequentam a oferta educativa de Soure, o que leva a considerar que há uma resposta atrativa ao nível da educação para os habitantes dos concelhos vizinhos.

No concelho a população escolar, referente ao ano letivo 2014/2015, encontra-se repartida pelos seguintes equipamentos educativos:

- 12 Jardins de Infância
- 11 Escolas do 1.º CEB
- 1 escola do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
- 1 escola do Ensino Secundário (Diurno)
- 5 Instituições Particulares de Solidariedade Social com Educação Pré-Escolar
- Instituto Pedro Hispano que integra os 2.º e 3.º CEB e o Ensino Secundário

Os 12 Jardins de Infância da Rede Pública e 5 IPSS garantem uma boa cobertura ao nível da população pré-escolar frequentada por 409 crianças das dez freguesias do Concelho.

O 1.º CEB abrange 551 alunos repartidos por 11 escolas. O 2.º e 3.º CEB são frequentados por 721 alunos e o Ensino Secundário por 423.

[b] Habitação

No que concerne à temática do parque habitacional, em 2001 existia um total de 7 925 famílias clássicas no Concelho de Soure. No entanto, no decénio 01-11 este número decresceu para 7 686 famílias clássicas, o que representa um queda de 3%. Ao nível das freguesias, apenas a de Granja do Ulmeiro e Vinha da Rainha contrariaram esta tendência, com um aumento de 84 e 8 famílias respetivamente, em igual período, o que representa um crescimento de 12,9% e de 1,3%. Estes aumentos devem-se, como referido anteriormente, por um lado à proximidade da freguesia de Granja do Ulmeiro aos Centros Urbanos de Coimbra e Figueira da Foz, bem como à existência da estação ferroviária de Alfarelos – Granja do Ulmeiro e por outro à proximidade da freguesia de Vinha da Rainha ao centro urbano da sede de concelho, disponibilizando um parque habitacional com preços mais competitivos comparativamente aos centros urbanos anteriormente referidos.

Quadro 5 - Edifícios, Alojamentos familiares e famílias clássicas no Concelho | Fonte – INE

Unidade Territorial	Edifícios			Alojamentos familiares clássicos			Famílias clássicas			
	2001	2011	Var %	2001	2011	Var %	2001	2011	Var %	
Continente	2997659	3353610	11,9	4832537	5621098	16,3	3505292	3869188	10,4	
Centro	992321	1111952	12,1	1248486	1443886	15,7	847265	904770	6,8	
Baixo Mondego	113989	128139	12,4	166552	193267	16,0	123205	130747	6,1	
Concelho	9686	10697	10,4	10518	11721	11,4	7925	7686	-3,0	
Alfarelos	761	768	0,9	793	816	2,9	577	559	-3,1	
Figueiró do Campo	669	734	9,7	705	770	9,2	630	597	-5,2	
Granja do Ulmeiro	663	717	8,1	852	1055	23,8	652	736	12,9	
Samuel	744	817	9,8	764	822	7,6	558	535	-4,1	
Soure	3587	4240	18,2	4064	4785	17,7	3125	3056	-2,2	
Tapéus	269	214	-20,4	273	215	-21,2	181	140	-22,7	
Vila Nova de Anços	567	653	15,2	590	669	13,4	499	445	-10,8	
Vinha da Rainha	836	929	11,1	841	941	11,9	594	602	1,3	
Degracias	UF	277	272	-1,8	283	278	-1,8	209	197	-5,7
Pombalinho		601	647	7,7	605	650	7,4	384	345	-10,2
Gesteira	UF	627	609	-2,9	653	617	-5,5	437	398	-8,9
Brunhós		85	97	14,1	95	103	8,4	79	76	-3,8

No contexto concelhio a dimensão média da família ronda os 3 indivíduos, sendo que as freguesias de Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Soure ultrapassam este valor médio, e abaixo dos 3 indivíduos assinalam-se as freguesias de Samuel, Tapéus, Vinha da Rainha, União das freguesias de Gesteira e Brunhós e a União das freguesias de Degracias e Pombalinho.

Considerando a tipologia de habitação, a realidade concelhia é manifestamente próxima da unifamiliar, pelo que o indicador alojamentos por edifício é muito próximo de 1, excetuando a freguesia de Granja do Ulmeiro, onde é já 1,47.

Quadro 6 - Indicadores médios no Concelho | Fonte – INE

Unidade Territorial	Dimensão média das famílias	Alojamentos por edifício
Concelho	2,50	1,10
Alfarelos	2,57	1,06
Figueiró do Campo	2,52	1,05
Granja do Ulmeiro	2,54	1,47
Samuel	2,34	1,01
Soure	2,59	1,13
Tapéus	2,41	1,00
Vila Nova de Anços	2,50	1,02
Vinha da Rainha	2,32	1,01
Degracias	2,30	1,02
Pombalinho	2,34	1,00
Gesteira	2,45	1,01
Brunhós	2,37	1,06

[c] Projeções demográficas

Avaliar as perspetivas demográficas de um determinado território constitui-se como condição imperativa para a correta definição das diferentes redes – genericamente na adequação da oferta de determinados bens e serviços à procura real e/ou potencial.

Face a um instrumento de planeamento e gestão do território, como o PDM, importa precisamente perspetivar a população para o horizonte temporal de 10 anos, de forma a adequar/apontar as principais debilidades das diferentes estruturas face ao desenvolvimento demográfico esperado, quer no que se refere à construção de novos equipamentos e infraestruturas, quer como instrumento central da definição de estratégias de criação de emprego e de desenvolvimento socioeconómico do concelho.

A leitura do quadro 7 permite concluir que é previsível que o Concelho de Soure venha a registar um decréscimo populacional na ordem dos 2 180 habitantes, nos próximos 14 anos, sendo por isso previsível que em 2030 a população residente ronde os 17 065 habitantes.

Quadro 7 - Projeções demográficas para 2030

Unidade geográfica		População residente			Linear
		1991	2001	2011	2030
Alfarelos	F	1733	1566	1439	1153
Figueiró do Campo	F	1732	1672	1507	1311
Granja do Ulmeiro	F	1662	1669	1866	2028
Samuel	F	1545	1398	1254	978
Soure	F	8400	8459	7917	7559
Tapéus	F	445	447	338	255
Vila Nova de Anços	F	1327	1318	1113	942
Vinha da Rainha	F	1671	1583	1397	1153
Gesteira e Brunhós	UF	1408	1306	1154	921
Degracias e Pombalinho	UF	1781	1522	1260	766
Concelho		21704	20940	19245	17065

3.3. Estrutura Socioeconómica

A partir da leitura do quadro seguinte é possível ficar com uma ideia da relação da estrutura económica municipal com a população de Soure.

Quadro 8 - Indicadores Sócio Económicos do Concelho de Soure | Fonte – INE

Designação	Unidade	Ano
População Ativa HM	7.871 Indivíduos	2011
População Economicamente Ativa HM	7.069 Indivíduos	2011
Taxa de Atividade HM, em 2001	40,5%	2001
Taxa de Atividade HM, em 2011	40,9%	2011
População Desempregada HM	802 Indivíduos	2011
População Desempregada, procura 1º emprego HM	143 Indivíduos	2011
População Desempregada, procura novo emprego HM	659 Indivíduos	2011
Taxa de Desemprego HM, em 2001	6,4%	2001
Taxa de Desemprego HM, em 2011	10,2%	2011

No concelho de Soure a taxa de desemprego ronda os 10,2%, superior à que existia em 2001 que rondava os 6,4%. O número de desempregados no concelho incide mais sobre as mulheres, com um total de 432 indivíduos, contra 370 indivíduos do sexo masculino. A maioria da população desempregada encontra-se a cargo da família ou a receber subsídio de desemprego.

A taxa de atividade manteve-se no decénio 2001-2011, contudo tem uma maior incidência nos indivíduos do sexo masculino.

Face às características do Concelho, não é de estranhar, que Soure apresente uma das taxas de desemprego mais elevadas na Sub-Região, apenas ultrapassada pelos concelhos de Mira, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho. **No entanto os dados estatísticos não contabilizam as formas de emprego informais de base tradicional e familiar.**

Quadro 9 - Taxa de desemprego | Fonte – INE

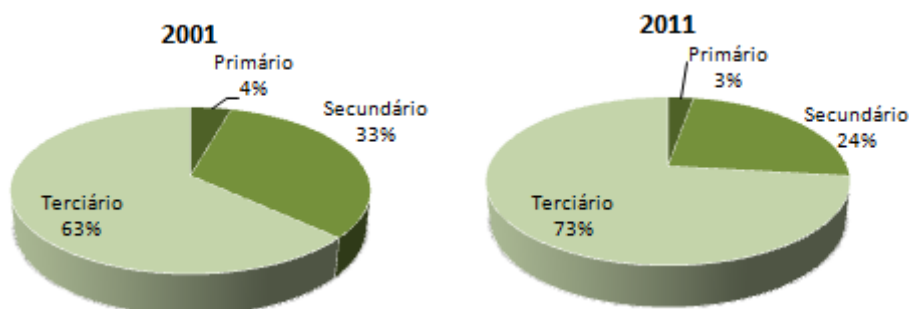
Unidade Territorial	Total	Taxa de Desemprego	
		2001	2011
Continente	630711	6,8	13,2
Centro	116014	5,7	11,0
Baixo Mondego	16110	6,3	10,4
Soure	802	6,4	10,2

Relativamente à população empregada por setor de atividade no Concelho de Soure, à semelhança do que acontece na Região Centro e no País como um todo, o setor com maior representatividade é o terciário, seguindo-se o secundário e por último encontra-se o setor primário que empregava apenas 4,4% e 2,7% em 2001 e 2011, respetivamente. Nos anos de 2001 a 2011 o peso do setor terciário aumentou consideravelmente, passando de 63% para 73,1%, muito à custa do emagrecimento do setor secundário.

Quadro 10 - População empregada segundo setor de atividade | Fonte – INE

Unidade Territorial	Total	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário	
		Total	Nº	Total	Nº	Total	Nº
Continente	4150252	121055	2,9	1115357	26,9	2913840	70,2
Centro	940211	35018	3,7	282800	30,1	622393	66,2
Baixo Mondego	139188	3601	2,6	30724	22,1	104863	75,3
Soure	7069	193	2,7	1711	24,2	5165	73,1

Figura 4 - População empregada por setor se atividade



A atividade agrícola continua com graves problemas, associados à idade avançada do produtor agrícola (65 ou mais anos de idade), ao baixo nível de escolaridade, aliados às dimensões reduzidas e fragmentação da propriedade agrícola. Estes continuam a constituir entraves ao desenvolvimento da atividade e motivos da fraca produtividade que se regista.

A leitura do quadro seguinte, onde consta a distribuição das empresas não financeiras sediadas no Concelho de Soure, pelos diferentes ramos e setores de atividade, permite destacar a sua importância na economia do Concelho, bem como a respetiva evolução durante o período de 2009 a 2012.

Quadro 11 - Número de Empresas por Ramo e Setor de Atividade | Fonte – INE

N.º de Empresas	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Pesca	1	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Indústrias Extrativas	4	0,26	4	0,27	4	0,28	4	0,30
Setor Primário	5	0,33	4	0,27	4	0,28	4	0,30
Indústrias Transformadoras	145	9,45	124	8,40	121	8,6	124	9,35
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2	0,13	1	0,07	1	0,07	1	0,08
Construção	211	13,75	199	13,48	194	13,79	162	12,22
Setor Secundário	358	23,32	324	21,95	316	22,45	287	21,64
Comércio por Grosso e Retalho (...)	409	26,64	401	27,17	378	26,87	362	27,30
Transporte e Armazenamento	59	3,84	55	3,73	52	3,70	50	3,77
Alojamento, Restauração e Similares	107	6,97	92	6,23	86	6,11	90	6,79
Atividade de Informação e Comunicação	7	0,46	8	0,54	10	0,71	10	0,75
Atividades Imobiliárias	16	1,04	16	1,08	15	1,07	14	1,06
Atividade de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	119	7,75	123	8,33	123	8,74	110	8,30
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	113	7,36	109	7,38	108	7,68	107	8,07
Educação	111	7,23	121	8,20	106	7,53	92	6,94
Atividade de Saúde Humana e Apoio Social	88	5,73	85	5,76	84	5,97	82	6,18
Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	28	1,82	31	2,10	28	1,99	23	1,73
Outras Atividades de Serviços	115	7,49	107	7,25	97	6,89	95	7,16
Setor Terciário	1172	76,35	1148	77,78	1087	77,26	1035	78,05
Total	1535	100	1476	100	1407	100	1326	100

No Concelho de Soure, em 2009, exerciam atividade 1 535 empresas, tendo o seu número diminuído em cerca de 14% durante o período em análise (09-12), perfazendo um total de 1 326 no ano de 2012. Salienta-se que esta diminuição do número de empresas é transversal a todos os ramos económicos, à exceção do ramo marginal “Atividade de Informação e

Comunicação” que sofreu um ligeiro aumento. Esta dinâmica de encolhimento é visível nos três ramos de atividade no Concelho.

O setor de atividade com maior expressão no Concelho foi o setor terciário, com uma quota razoavelmente estável a rondar os 76% a 78%. O setor primário era apenas constituído por 5 empresas em 2009, nomeadamente uma empresa do ramo de pescas e 4 empresas da indústria extrativa. Este setor representou apenas cerca de 0,30% da atividade empresarial do Concelho.

A caracterização por ramos de atividade permite evidenciar que é o comércio por grosso e retalho, com uma representação média de 27% da atividade, que apresenta o lugar de destaque seguido da construção com uma representação média de 13%, estando o ramo das indústrias transformadoras em terceiro lugar, com um peso relativo de 9%. Portanto, todos os outros ramos de atividade representam cerca de 50% de toda a atividade no Concelho.

As Industrias do Concelho de Soure encontram-se distribuídas por três Zonas Industriais, designadamente a Zona Industrial de Soure Nº 1 (Camparca), a Zona Industrial de Soure Nº 2 (Junto à CP) e a Zona Industrial de Queitide (Vinha da Rainha).

A Zona Industrial de Soure na Camparca é a de maior dimensão e caracteriza-se pela concentração de unidades industriais diversificadas, por sua vez, a Zona Industrial de Soure situada junto à estação do caminho-de-ferro tem apenas uma empresa em laboração na área da indústria da madeira.

O terceiro polo de atividade económica é de menor dimensão, designadamente o de Queitide, na freguesia da Vinha da Rainha, que serve a zona poente do Concelho, ocupado por cinco empresas com investimento nos ramos de atividade da carpintaria, metalomecânica e serralharia.

Contudo, além das empresas localizadas nestes polos de atividade económica, existem outras unidades industriais, de pequena e média dimensão, dos mais diversos ramos - metalomecânica, mármore, mobiliário, têxteis, extrativas, torrefação /frutos secos, turismo e outros, - «dispersas, de forma avulsa», pelas diversas freguesias do concelho.

No que concerne à atividade turística o Concelho de Soure usufrui de grandes potencialidades que se alicerçam no seu património natural e histórico.

Soure tem um foral atribuído por D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, de 1111, contudo o território é bem mais antigo. Existe um castelo de fronteira, dos tempos da ocupação romana e, associado, criaram-se as “Vilas Romanas de Sicó”, produto turístico de relevo, que consiste na visita a Conímbriga e às vilas romanas circundantes. Além disso, depois da ocupação árabe, Soure foi a primeira sede dos Templários e, hoje, encontram-se muitos vestígios da sua passagem pelo concelho, quer através das tradições agrícolas, quer dos vestígios culturais.

Com 11 das casas concluídas, nasceu a Villa Pedra - Natural Houses. O projeto teve por base a recuperação das casas da antiga Aldeia de Cima, situada numa encosta da Serra do Sicó. O conceito assentou nos pilares do bem-estar, da tranquilidade, da qualidade e da autenticidade.

A Oeste do Concelho, no extremo junto da Figueira da Foz, o município estabeleceu uma corda termal, constituída por três estâncias termais. Duas delas, já em funcionamento, uma é vocacionada para quem procura um contacto mais próximo com a natureza. O segundo é um empreendimento que comporta um grande hotel, um hotel de chame e um balneário termal no Bicanho.

A diversidade de paisagens com o sol e praia próximos, bem como a presença da Serra, o concelho de Soure assume-se com um grande potencial em termos turísticos.

No concelho regista-se a existência de atividades ligadas à silvo pastorícia e à apicultura. A atividade silvo pastoril, essencialmente de caprinos, destina-se à produção do **Queijo Rabaçal** com DOP e de ovinos (elevada densidade pecuária). A prática da atividade apícola faz com que Soure seja produtor de **mel** de qualidade. Aos produtos mencionados, acrescem ainda a produção de **vinho** e **azeite**, os **frutos secos** e as **ervas aromáticas**.

Quanto à ocupação do solo, no concelho de Soure predomina a agricultura (32,5% da área total) e a floresta (51,7% da área total), as áreas de improdutivo são menos representativas, ocupando uma percentagem nula na área do concelho, assim como as águas interiores (0,5% da área total). No que concerne aos matos e herbáceas representam 8,5% da área total do concelho, enquanto a área social representa 6,8% da área total do concelho.

3.4. Sistema Ambiental

3.4.1. Localização e Paisagem

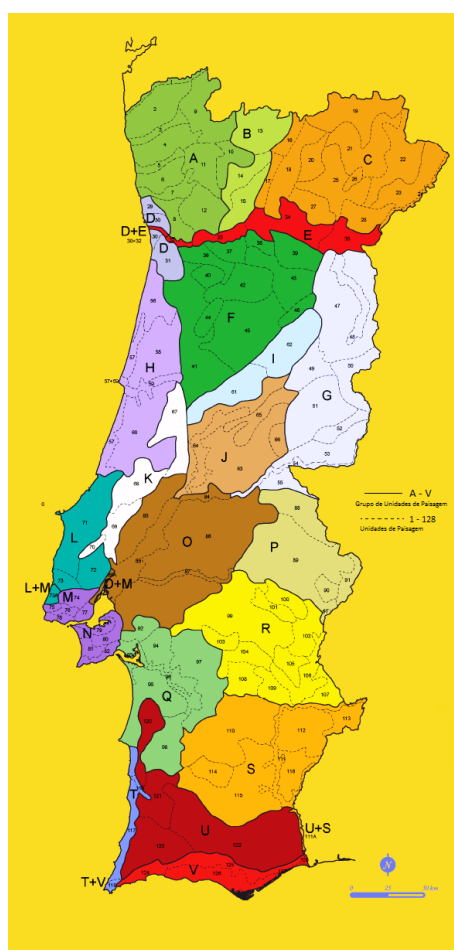
O estudo “Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental”, integra o concelho de Soure em duas sub-unidades. A Beira Litoral: Leiria – Ourém – Soure, onde se enquadra grande parte do concelho e, o Baixo Mondego onde se agrupam parcialmente as freguesias contíguas com o concelho de Montemor-o-Velho. Desse estudo transcrevemos, na maioria, uma caracterização genérica do enquadramento natural destas unidades de paisagem.

Carácter da Paisagem

A Beira Litoral: Leiria – Ourém – Soure, caracteriza-se por uma paisagem de transição e de ligação entre norte e sul (Beira Litoral já com fortes laivos da Estremadura), entre os maciços calcários a nascente e o litoral poente. Paisagem amena, de morfologia suave, entrecotada por vales férteis onde serpenteiam os rios Lis, Lena, Arunca, a ribeira de Carnide e um troço do rio Nabão. Nas encostas macias marcam presença importante a oliveira e grandes manchas de pinhal ou de eucaliptal. Aos raros relevos que sobressaem do ondulado dominante correspondem quase sempre centros urbanos com o seu castelo (Leiria, Ourém, Pombal) de onde se abarcam largas vistas sobre os terrenos mais baixos.

Por outro lado, principalmente nas freguesias a norte do concelho, a paisagem enquadra-se no Baixo Mondego, marcada essencialmente desde Coimbra até a Figueira, abrange não só o vale principal como o início dos vales afluentes e as respetivas encostas. Todo o vale foi sendo intensamente aproveitado e profundamente transformado ao longo do tempo, mantendo-se no essencial o seu carácter de vale largo e fértil, com abundância de água e amenidade climática.

Figura 5 – Extrato das unidades paisagísticas



As continuadas transformações que se foram sucedendo nas zonas médias e superior da bacia hidrográfica do Mondego (destruição das matas primitivas, expansão das atividades agrícolas e pastoris, florestação) tiveram fortes repercussões no Baixo Mondego, principalmente quanto ao aumento dos sedimentos transportados e aqui depositados, bem como ao agravamento do natural desequilíbrio do ciclo hidrológico. Esta unidade de paisagem contém múltiplos testemunhos das alterações relativamente rápidas e provocadas por estes processos ao longo do vale, assim como dos esforços aplicados para minimizar os seus efeitos negativos e permitir a continuação do aproveitamento dos enormes recursos presentes.

As intervenções desenvolvidas nos últimos decénios do século XX, no sentido da regularização do Baixo Mondego, introduziram vastas alterações nas paisagens do vale, incluindo a modificação drástica do curso do rio, substituindo-o por um traçado retilíneo entre diques, arrasando todo um sistema de compartimentação dos campos agrícolas que asseguravam a ligação das zonas húmidas às encostas do vale. A paisagem atual encontra-se excessivamente simplificada, com raras sebes, grandes folhas de cultura com traçado retilíneo.

Carácter Particular

A paisagem de Soure é marcada pelo atravessamento de vias rodoviárias de grande impacto paisagístico como é o caso da A1/IP1, IC2 e A17.

Como referido anteriormente, o carácter particular do concelho de Soure reside no facto de dispor de uma paisagem heterogénea e, se o norte do concelho é influenciado pela presença de rios com grande importância como o Arunca, Pranto e Mondego, o sudeste do concelho dispõe de uma superfície mais irregular com maiores cotas altimétricas e declives.

O sudeste mais acidentado faz parte do território de Sicó. A serra de Sicó trata-se de uma área com importante valor ambiental e paisagístico devido à sua diversidade em fauna e flora. Entre a diversa fauna existente evidenciam-se espécies como a Águia-Cobreira, Bufo-Real, Cobra-Rateira, Trintão-Marmorado, Gralha etc. Ao nível da flora a diversidade também é rica onde se destacam elementos como as Acácias, Choupos, Dedaleiras, Loureiros, Hiperião, etc.

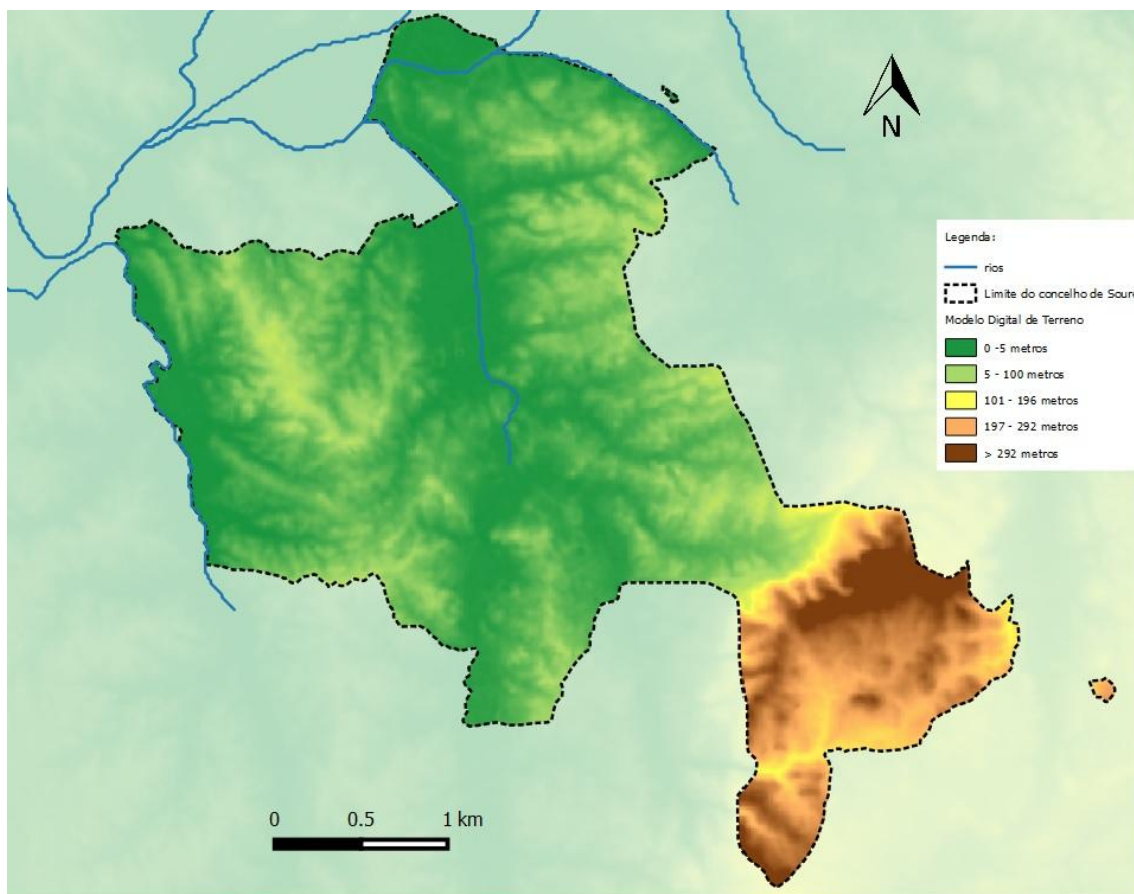


Figura 6 - Altimetria do concelho de Soure

A serra de Sicó eleva-se num valor de cota máxima de 618 metros, contudo no concelho de Soure o valor de cota mais elevado é cerca de 388 metros. A Serra consiste num conjunto de vários montes e montanhas um tanto dispersas e algumas delas conhecidas por outros nomes, devendo as suas características morfológicas, paisagísticas e ambientais à presença de rochas calcárias e aos processos de evolução cársica do relevo. Permeável e facilmente solúvel na água, a rocha calcária está na origem de inigualáveis formas cársicas de superfície tais como lapiás, dolinas e canhões o que tornam a paisagem das terras de Sicó, sem dúvida, muito rica em geomorfologia cársica.

Para além dos valores ambientais trata-se de uma zona de forte valor patrimonial e gastronómico. Ao nível gastronómico evidenciam-se principalmente os vinhos, o azeite, o mel, as ervas aromáticas, os frutos secos e ainda a produção de animais como o cabrito e o borrego. No que diz respeito ao património, trata-se de uma serra com elevado valor onde existem diversos castelos e museus, símbolos da antiga ocupação da área. [www.terrasdesico.pt].

O restante concelho é principalmente influenciado pela presença dos rios a norte, marcando a paisagem pela forte atividade agrícola. Existe inclusive uma associação de beneficiários da obra de fomento hidroagrícola do Baixo Mondego, uma entidade coletiva de direito público, com a sua sede em Quinhendros - Montemor-o-Velho, constituída com o objetivo de gerir o aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego [www.abofhbm.net/].

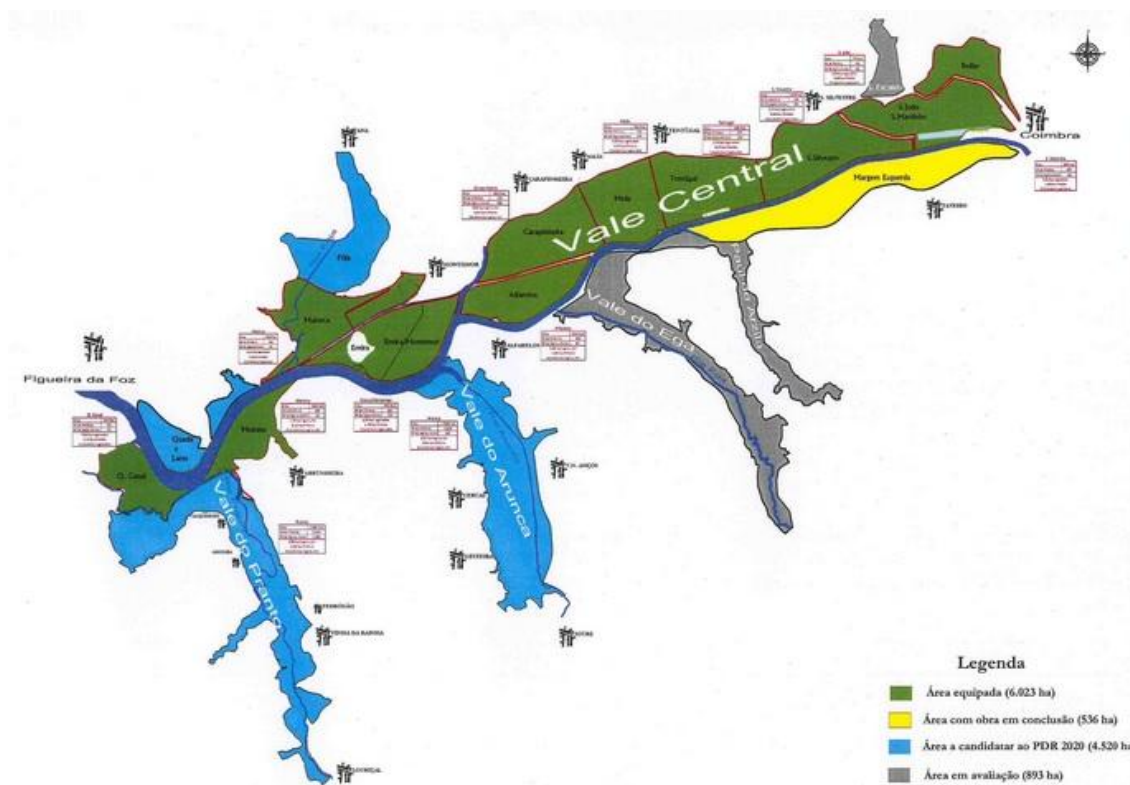


Figura 7 – Rede aproveitamento hidroagrícola do Mondego | Fonte: www.abofhbm.net

Para além da heterogeneidade mencionada, a paisagem apresenta-se no geral com fraca identidade. Apesar de ter sido utilizada e moldada por comunidades humanas desde há muito tempo e de ter sido palco de acontecimentos históricos que marcaram o país, atualmente não consegue transmitir uma informação coerente e clara acerca deles.

Ordenamento e Gestão

Para além dos Planos Diretores Municipais dos concelhos que diretamente se relacionam com a área e do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, destaca-se também, o Sítio Natura 2000 “ Sicó/Alvaiázere”, a Zona de Proteção Especial e o Sítio RAMSAR com o nome de “ Paul da Madriz”.

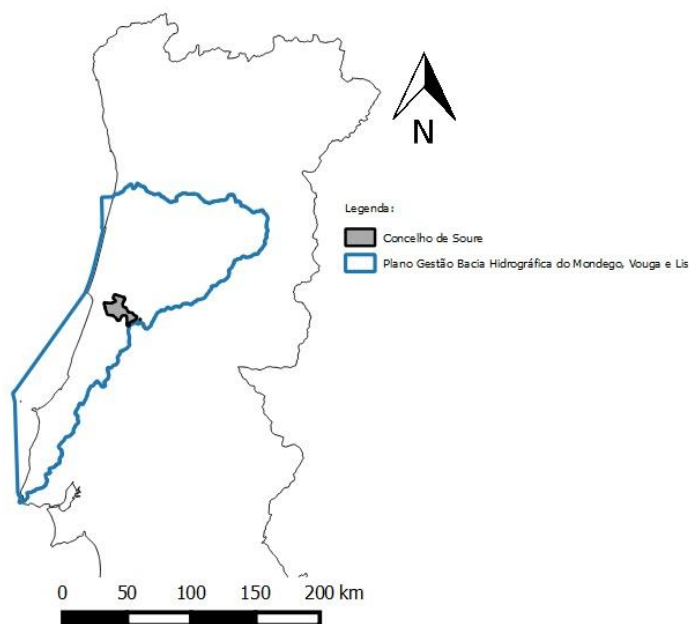


Figura 8 - Enquadramento do concelho de Soure no contexto do PBGH

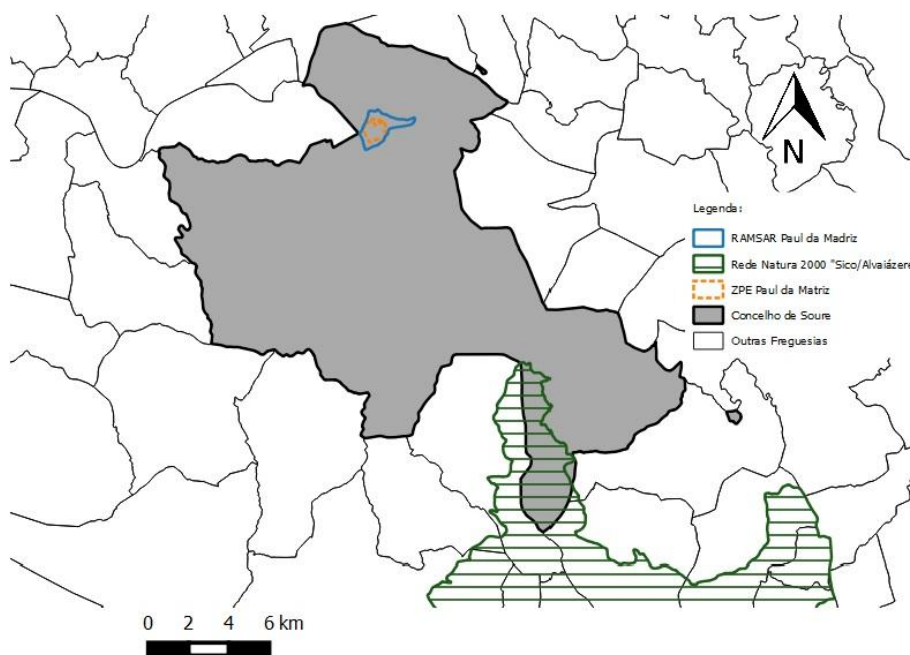


Figura 9 – Soure no contexto das áreas SIC/ZPE/RAMSAR

Segundo o ICNF, o sítio Sico-Alvaiázere, que no concelho de Soure abrange a União das freguesias de Degracias e Pombalinho e a freguesia de Tapéus, “possui uma elevada diversidade de habitats associados ao substrato calcário.” Incluindo também “as maiores e bem conservadas áreas do país de carvalho de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *Broteroi* (9240)) e manchas notáveis de azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre calcários (9340), em bom estado de conservação.”

“Merecem destaque os habitats ripícolas, ricos em flora diversa, caso dos afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas (8210) ou das lajes calcárias, dispostas em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas (8240), e os prados com comunidades de plantas suculentas (6110) e arrelvados vivazes, com abundância de orquídeas (6210). Ocorrem também cascalheiras calcárias (8310), pobres em vegetação pela instabilidade do substrato e ausência de solo à superfície”.

“Troços significativos das margens do Rio Nabão e de alguns dos seus afluentes são ocupados por galeria praticamente contínua, em bom estado de conservação, de diversas espécies arbóreas ripícolas, assinalando-se a ocorrência de galerias dominadas por choupos e/ou salgueiros (92A0) e de bosques ripícolas e paludosos de amieiros ou salgueiros (91E0).”

“O Sítio constitui-se como uma das áreas mais importantes para a conservação da flora cacícola, sendo de realçar o Junco Valvatus, um endemismo lusitano.”

“O Rio Nabão é um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (Lampetra planeri).”

“O sítio inclui vários abrigos de morcegos importantes a nível nacional, que albergam colónias de criação de morcego-rato-grande (Myotis myotis), de hibernação-de-ferradura-grande (Rhinolophus ferrumequinum) e de criação e hibernação de morcego-de-peluche (miniopterus schreibersi)”.

Relativamente à ZPE e Sítio RAMSAR o ICNF afirma, que o *“ Vale do Baixo Mondego foi, outrora, uma imensa zona húmida que, ao longo de milénios proporcionou condições ideais para a existência e desenvolvimento de numerosas comunidades animais e vegetais. Atualmente restam apenas algumas zonas húmidas, que têm assegurado a continuidade das formações e comunidades representativas. A ZPE Paul da Madriz é uma dessas últimas zonas húmidas, com fatores geográficos, extensão e cobertura vegetal adequados à fixação e desenvolvimento de diversas comunidades, principalmente aves, que utilizam esta área quer como local de nidificação, quer como refúgio de inverno ou, ainda, para repouso e alimentação durante as migrações.”*

O sítio Paul da Madriz está classificado como Zona de Proteção Especial pela Diretiva Aves 79/409/CEE. É uma importante zona húmida rodeada de bosques ripícolas, encaixada num

vale e localiza-se a sul da povoação do Casal do Redinho, na baixa do Rio Arunca, entre as povoações de Vila Nova de Anços e Alfarelos.

A zona do Paul é ocupada por áreas agrícolas e florestais de elevado interesse para a avifauna. Caracteriza-se quer pela sua diversidade, beleza, valor, como também pela sua importância na sobrevivência das espécies. Abrange uma área de cerca de 89 hectares, sendo drenado pela Vala do Moinho que o atravessa e se liga à Vala do Canal.

Os habitats florestais presentes são as florestas de coníferas, as turfeiras, os pauis, a vegetação ribeirinha e os pântanos. Quanto à fauna identificam-se assinalam-se as espécies: *Anas strepera* (frisada), *Ficedula hypoleuca* (papa-moscas-preto), *Gallinago gallinago* (narceja), *Locustella luscinioides* (felosa-unicolor).

A principal ameaça para as espécies classificadas consta da degradação das zonas húmidas, contudo a esta, acumulam-se a poluição da água, incêndios florestais, a desflorestação, a intensificação da agricultura e a perda de habitat.



Figura 10 - Paul de Madriz | Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000	
Zonas de Protecção Especial	

ZPE

PAUL DA MADRIZ

CÓDIGO

PTZPE0006

DATA E DIPLOMA DE CLASSIFICAÇÃO

Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro de 1999

Constitui uma redefinição da ZPE classificada em 1988

ÁREA

89 ha

CÓDIGOS NUT

PT122 - Baixo Mondego - 100 %

CONCELHOS ENVOLVIDOS

CONCELHO	ÁREA (ha)	% DO CONCELHO CLASSIFICADO	% DA ZPE NO CONCELHO
Soure	89,348	0,3 %	100 %

RELAÇÕES COM OUTRAS ÁREAS CLASSIFICADAS DE ÂMBITO NACIONAL

Não se aplica

RELAÇÕES COM ÁREAS CLASSIFICADAS DE ÂMBITO INTERNACIONAL

Zona Húmida de Importância internacional inscrita na lista de Sítios da Convenção de Ramsar (100%).

Figura 11 – Plano setorial da Rede Natura 2000 ZPE/RAMSAR Paul da Madriz

No que diz respeito ao Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis a Administração da Região Hidrográfica do Centro enfatiza que, “ os recursos hídricos de uma região, interiores e costeiros, superficiais e subterrâneos, constituem um fator crucial para a qualidade da saúde humana, da biodiversidade e do ambiente em geral, para a segurança das comunidades, bem como um motor de desenvolvimento das actividades humanas. Estes motivos são, por si só, suficientes para que mobilize a maior atenção e empenho de todos na sua preservação e valorização.”

No que diz respeito aos espaços florestais, segundo dados do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro, Soure é um dos concelhos com maior proporção de área florestal intervencionada em resultado dos apoios públicos ao investimento.

No mesmo documento identificam-se usos potenciais e aptidões de produção florestal no concelho de Soure, que se apresentam nos pontos seguintes.

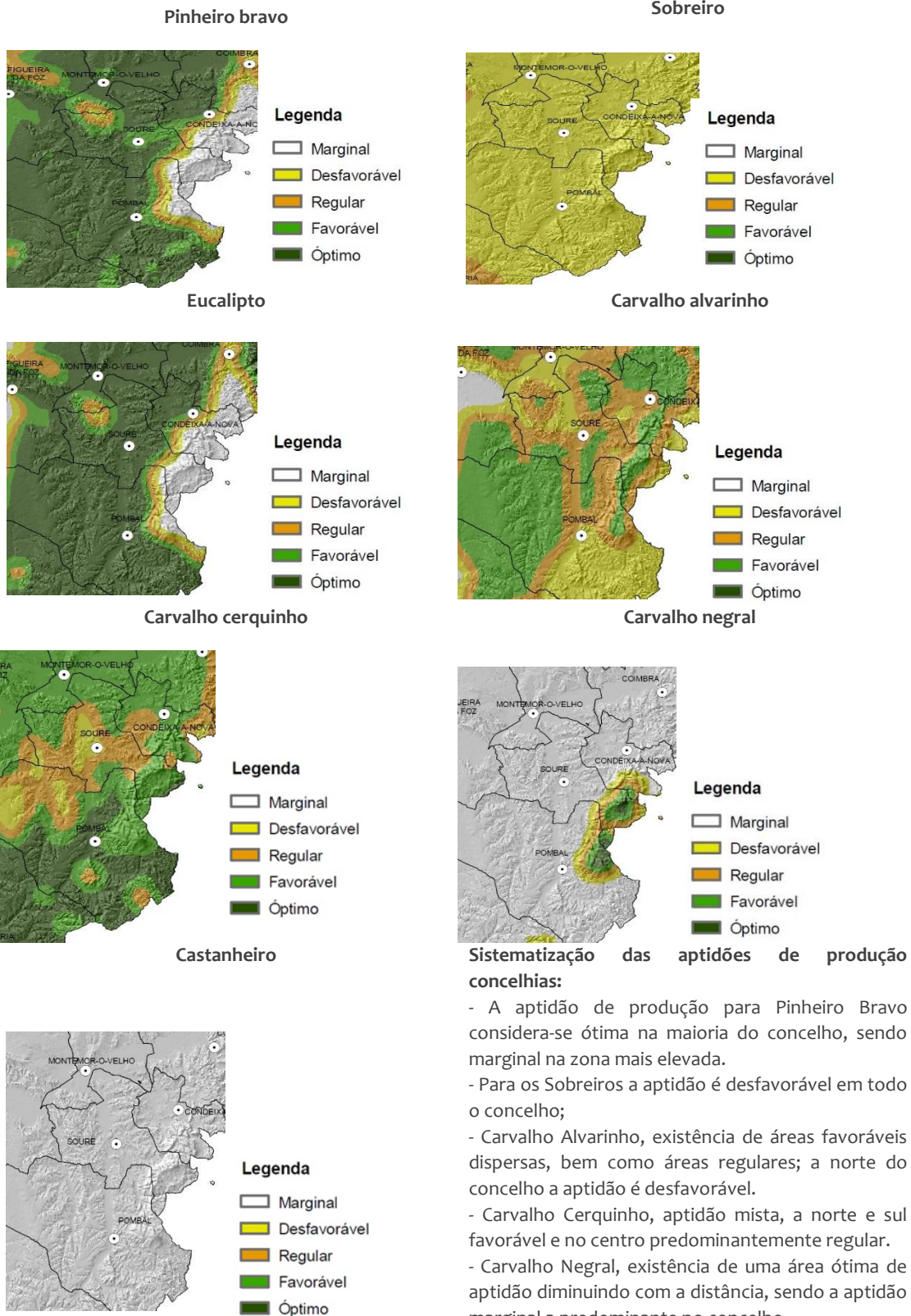


Figura 12 - Aptidão de produção | Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.

Conservação dos habitats, flora e fauna

Produção

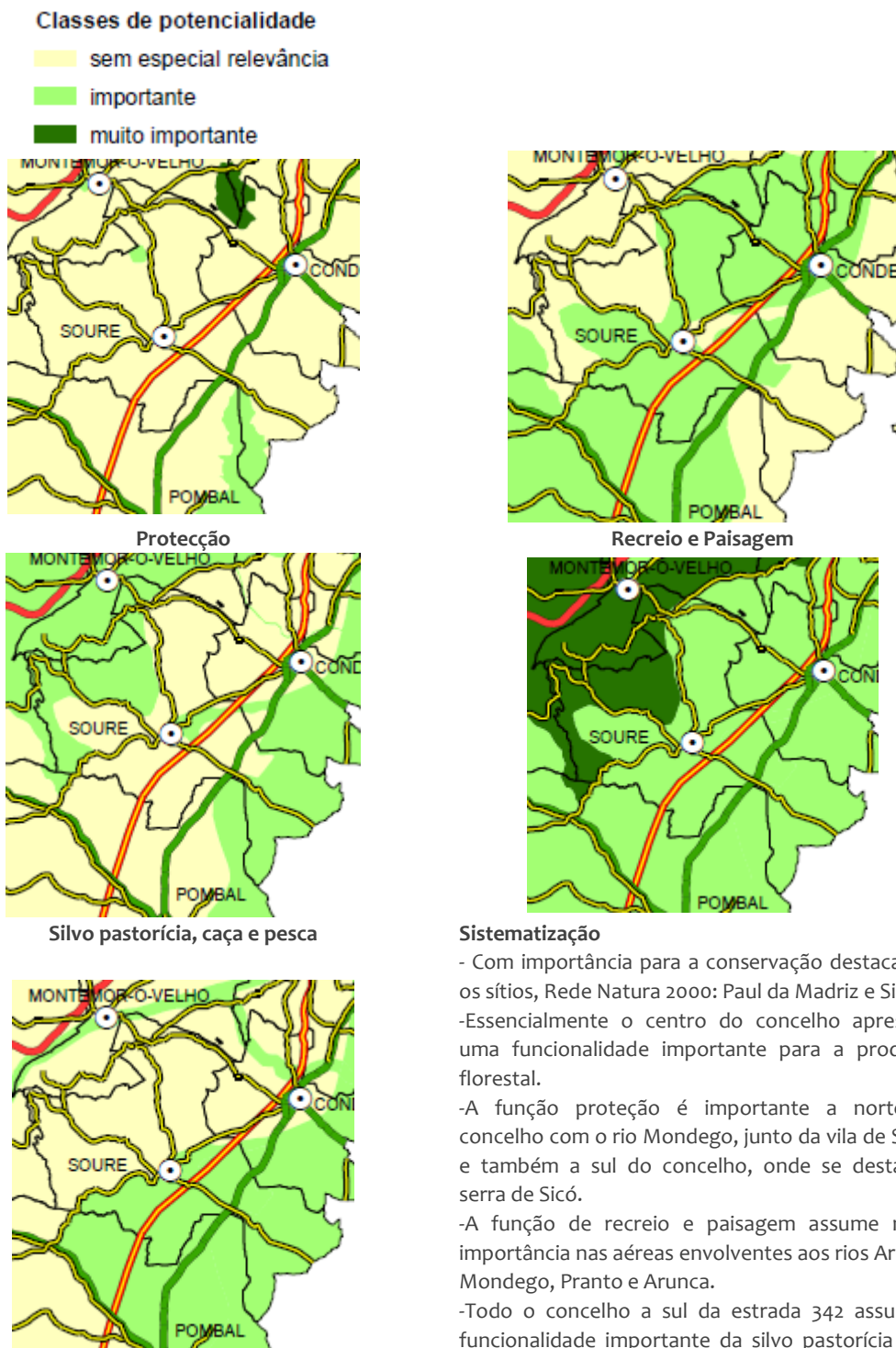


Figura 13 - Funcionalidades | Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.

O concelho de Soure apresenta apetência para a produção de material lenhoso de eucalipto e pinheiro. Por outro lado reforça-se que existem “zonas de especial importância na proteção ambiental, função de recreio e conservação de habitats classificados, assim como locais com potencial para o desenvolvimento de atividades cinegética, apícola e pastorícia” (in PROF, 2006 – PMDFCI de Soure).

Refira-se também que o valor dos espaços florestais para recreio e lazer se relaciona diretamente com a qualidade paisagística que oferecem, com a acessibilidade e a capacidade de acolhimento que proporcionam. Importa, pois, fazer o levantamento dos espaços florestais com interesse para recreio e lazer, enquadrá-los numa rede de pontos de interesse para fins recreativos (roteiros arqueológicos, rotas históricas, sítios de elevado valor natural, parques temáticos, e circuitos pedestres) e articulá-los com estratégias e políticas de ordenamento e desenvolvimento local.

3.5. Sistema Urbano

3.5.1. Equipamentos de Utilização Coletiva

A caracterização dos equipamentos de utilização coletiva do concelho de Soure tem como base o relatório do "Diagnóstico Social do Concelho de Soure" reportado ao ano de 2015, bem como a Carta Educativa datada de 2006.

[a] Resposta Social

No âmbito social o concelho de Soure caracteriza-se como um espaço dinâmico e territorialmente coeso e dispõe de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que funcionando em rede permite responder, com níveis elevados de eficiência, às carências e problemáticas sociais que surgem. Esta rede resulta do envolvimento e do esforço das várias instituições, públicas e privadas, distribuídas pelo disperso território concelhio - as suas freguesias e uniões de freguesia - tendo subjacente o diagnóstico das necessidades da população.

No Concelho de Soure funcionam dezoito equipamentos no campo das respostas sociais, sendo que, doze são Instituições Particulares de Solidariedade Social as quais garantem uma maior proximidade dos serviços à população e proporcionam um leque diversificado de respostas com Acordos de Cooperação celebrados com o Instituto de Segurança Social I.P., Centro Distrital de Coimbra, e seis são instituições da rede lucrativa.

No que diz respeito ao número de respostas sociais, constata-se que são os idosos que reúnem o maior número, através de serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Quanto à valência de apoio à infância, no concelho existem 8 equipamentos, nomeadamente, 6 creches e 7 centros de atividades de tempos livres, distribuídos pelas freguesias de Alfarelos, Granja do Ulmeiro, Soure, Vinha da Rainha e União das Freguesias de Brunhós e Gesteira.

No que diz respeito à valência de apoio a idosos contabilizam-se, 10 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, 9 Centros de Dia, 10 Unidades de Apoio Domiciliário e 4 Centros de Convívio.

[b] Educação

As escolas do Concelho de Soure, Agrupamento de Escolas e Instituto Pedro Hispano, possuem um conjunto de equipamentos educativos que lhes permitem ter uma oferta educativa que cobre os diferentes níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário, existindo no total 2 268 alunos, no ano letivo 2014/2015.

A população escolar com maior representatividade do número total de alunos do concelho é o 1.º CEB (24%), seguido do 3.º CEB (20%) e do Secundário (19%).

Considera-se que há uma razoável cobertura e equidade na distribuição dos equipamentos escolares pela abrangência total do Concelho. Enquanto que nos primeiros níveis de ensino - Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino básico - a oferta se apresenta em todas as freguesias, nos restantes níveis de ensino existem 2 focos de oferta em pontos estratégicos – a Escola Secundária Martinho Árias de Soure, na Sede de Concelho e o Instituto Pedro Hispano, em Granja do Ulmeiro, que serve a zona do Concelho com maior densidade populacional.

A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar da ação educativa das famílias, com as quais estabelece estreita cooperação, sendo de cariz facultativo no reconhecimento de que à família cabe um papel preponderante no processo da educação antes do ingresso na escolaridade obrigatória. No Concelho de Soure, existem 17 estabelecimentos onde é ministrada a educação pré-escolar, 12 dos quais pertencentes à rede pública e 5 integrados em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Atualmente existe uma boa cobertura ao nível da Educação Pré-Escolar, tanto pela localização dos equipamentos existentes, como pela rede de transportes criada pela Câmara Municipal, no que toca à rede pública, e pelas IPSS.

No Concelho de Soure, o 1.º CEB é assegurado com, pelo menos, um estabelecimento da rede pública, em cada freguesia, não existindo nenhuma resposta de índole privada. Apenas na freguesia de Soure existem duas localidades onde é lecionado o 1.º CEB – Sobral e Soure - com a particularidade de, em Soure, este nível de ensino estar conjunto com o 2.º CEB.

[c] Saúde

Relativamente ao sector da saúde, o Concelho de Soure é servido pelo Centro de Saúde de Soure, pertencente ao Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego (ACES BM), cuja sede é em Coimbra.

A rede de serviços de saúde, é assim, constituída pela **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Soure**, com sede em Soure e com, 7 Unidades Descentralizadas: Alfarelos, Degracias, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Samuel, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha; pela **Unidade de Saúde Familiar VitaSaurium**, com sede em Soure, e pela **Unidade de Cuidados Continuados na Comunidade de Soure** que, tem como população alvo, os residentes de todo o concelho.

A oferta de serviços de saúde é complementada pela rede hospital de referência, composta pelos seguintes hospitais: Hospital da Universidade de Coimbra (HUC), Centro Hospital de Coimbra (CHC), Hospital Pediátrico, Maternidade Bissaya Barreto e Hospital Distrital da Figueira da Foz.

[d] Desporto

A prática de atividades físicas e desportivas é, atualmente, uma área de indiscutível importância na qualidade de vida da população que se pretende ativa e dinâmica.

Dada a variedade de tipologias de equipamentos desportivos, usualmente, estes encontram-se agrupados em equipamentos especiais e equipamentos básicos.

Para efeitos do presente relatório apenas se referem os equipamentos fundamentais da rede, neste caso, os equipamentos básicos, que se encontram classificados como equipamentos formativos/normativos (formação e recreação), que se caracterizam como *“equipamentos fundamentais da rede, servindo para atividades organizadas por grupos enquadrados quer em treino, quer em competição de nível local”*², e equipamentos recreativos.

Desta forma, os equipamentos normalizados incluem os Grandes Campos de Jogos, as Pistas de Atletismo, os Pequenos Campos de Jogos, os Pavilhões e as Piscinas. Por sua vez, os equipamentos recreativos estão vocacionados para atividades não codificadas segundo regras de jogo, estando direcionados para a atividade espontânea.

² Fonte: DGOTDU, 2002 – Normas para a programação e caracterização dos equipamentos coletivos

A “rede” de equipamentos de desporto é composta por 33 equipamentos, distribuídos por todas as freguesias, sendo que tipologicamente destacam-se os pequenos campos de jogos, nomeadamente os polidesportivos (18) e os campos de futebol de rua (2), e os grandes campos de jogos (7); a rede contempla ainda, pavilhões (3) e piscinas (3). O investimento realizado nestes equipamentos, pretende também aproximar os equipamentos de desporto aos equipamentos de educação.

[e] Equipamentos de Segurança Pública

No Concelho de Soure existem duas entidades de Segurança Pública: a Guarda Nacional Republicana (GNR) e os Bombeiros Voluntários de Soure. A GNR tem um Posto Territorial, em edifício próprio, situado na Vila de Soure. Os Bombeiros Voluntários têm a sua sede na Vila de Soure, partir da qual fazem toda a gestão e coordenação e uma secção na Granja do Ulmeiro.

[f] Equipamentos Culturais

O Município de Soure, na área cultural dispõe de um Museu Municipal e de uma Biblioteca Municipal, situados na zona histórica da Vila de Soure.

Nas diversas freguesias, existem, ainda, Associações culturais, escolas de música, entre outros, que dinamizam ações culturais junto das populações. Estes edifícios são, em muitos casos, partilhados por vários grupos culturais que desempenham um papel fundamental na dinamização de actividades culturais, promovendo vivências coletivas, em todo o concelho, ao longo de todo o ano.

3.5.2. Património

O concelho de Soure tem um pouco por todo o seu território, diversos imóveis que estão classificados como imóveis com interesse arquitetónico. Alguns deles necessitam de intervenções com vista à sua requalificação. Não obstante, a preservação do próprio imóvel é fundamental preservar a sua envolvente, de forma a contrariar a existência de elementos dissonantes que o descaracterizem.

Monumentos Nacionais³

O imóvel com esta classificação existente no concelho de Soure está integrado no centro histórico:

- **Castelo de Soure** - Classificado como Monumento Nacional (MN), Decreto n.º 37366, DG, I Série, n.º 70, de 5-04-1949, dispõe de Zona Geral de Proteção (ZEP).

³ Informações retiradas do site do DRCC

Imóveis de Interesse Público⁴

Os seguintes imóveis estão classificados como Imóveis de Interesse Público, e tal como anteriormente referido, alguns deles necessitam de intervenção, de forma a que o seu valor arquitetónico e artístico não seja perdido:

- **Pelourinho de Vila Nova de Anços** - Decreto n.º 23122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933, classificou o pelourinho como imóvel de interesse público (IIP), dispõe de zona especial de proteção.
- **Igreja da Misericórdia** - Portaria 740 DB/2012, Diário da República, II Série, n.º 248, de 24.12.2012, classificou o pelourinho como imóvel de interesse público (IIP), dispõe de zona geral de proteção.

Conjuntos de Interesse Público⁵

- **Casa, Capela e vestígios arqueológicos de villa romana na Quinta de São Tomé** - Classificado como Conjunto de Interesse Público (CIP), Portaria n.º 291/2013, DR, II Série, n.º 92, de 14-05-2013.

Património inventariado⁶

Freguesia	Património
FIGUEIRÓ DO CAMPO	Capela de Santa Ana; Casa da Quinta do Paço; Igreja Paroquial de Figueiró do Campo / Igreja de São Tiago.
SAMUEL	Igreja Paroquial de Samuel / Igreja de Nossa Senhora da Purificação
SOURE	Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Soure; Cadeia Comarcã de Soure / Arquivo Municipal de Soure; Câmara Municipal de Soure; Capela da Quinta de São Pedro da Várzea; Capela de São Mateus; Castelo de Soure; Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Soure / Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Soure; Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Soure; Igreja Paroquial de Soure / Igreja de São Tiago Maior; Lar e Centro de Dia / Sede Santa Casa da Misericórdia de Soure;

⁴ Informações retiradas do site do DRCC

⁵ Informações retiradas do site do DRCC

⁶ Informações retiradas do site da DGEMN (www.monumentos.pt)

	Núcleo urbano da vila de Soure; Paisagem da beira Litoral; Tribunal Judicial de Soure.
UNIÃO DE FREGUESIAS DEGRACIAS E POMBALINHO	Pelourinho de Pombalinho
UNIÃO DE FREGUESIAS GESTEIRA E BRUNHÓS	Igreja Paroquial de Brunhós / Igreja de Nossa Senhora da Conceição
VILA NOVA DE ANÇOS	Capela de Nossa Senhora da Conceição; Capela de Nossa Senhora dos Remédios; Capela do Sacramento / Igreja Paroquial de Vila Nova de Anços / Igreja de Nossa Senhora da Finisterra; Casa do Povo de Vila Nova de Anços; Casa e capela da Quinta dos Viscondes de são Tomé; Cruzeiro de Vila Nova de Anços; Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Anços; Igreja Paroquial de Vila Nova de Anços / Igreja de Nossa Senhora da Finisterra; Pelourinho de Vila Nova de Anços

3.5.3. Infraestruturas

[a] Rede de Abastecimento de Água e Rede de Saneamento

O abastecimento suficiente de água potável em qualquer região é um ponto prioritário e fundamental. Compete às Entidades responsáveis (Câmaras Municipais), assegurar a existência deste abastecimento em locais de fácil acesso. O sistema de distribuição tem origem a seguir à captação, caso não exista Estação de Tratamento de Água (ETA), e termina no início da canalização dos consumidores ou nas torneiras de fontenários públicos.

O Concelho de Soure possui uma rede de abastecimento muito vasta, envolvendo oito freguesias e duas Uniões de Freguesia. Sendo um Concelho com aglomerados populacionais muito dispersos, congrega 15 sistemas de abastecimento.

Atualmente, 100% da população do Concelho de Soure encontra-se servida com rede pública de abastecimento de água, da qual 95% possui a gestão e exploração da responsabilidade da Câmara Municipal e 5% é comprada ao Município de Pombal e Ansião.

O controlo da qualidade da água para consumo humano, efetua-se em todos os sistemas de abastecimento de água, quer nos geridos pela Câmara Municipal, quer nos sistemas abastecidos por água comprada a outras Entidades Gestoras.

As Águas Residuais resultantes da alteração das características físicas, químicas e biológicas da água, devido à utilização por parte do homem, são comumente classificadas em três tipos diferenciados: Águas Residuais Domésticas – Águas Residuais de Instalações Residenciais e Serviços, essencialmente provenientes do metabolismo humano e de atividades domésticas; Águas Residuais Industriais – todas as Águas Residuais provenientes de qualquer tipo de atividade que não possam ser classificadas como Águas Residuais Domésticas nem sejam Águas Pluviais e Águas Residuais Urbanas – Águas Residuais Domésticas ou a mistura destas com Águas Residuais Industriais ou Pluviais.

No Concelho de Soure existem catorze ETAR em funcionamento, das quais treze estão sob a gestão da Câmara Municipal e uma concessionada às Águas do Mondego.

No Concelho existem ainda três fossas sépticas coletivas que se encontram em funcionamento.

Atualmente, aproximadamente, 60% da população do Concelho de Soure encontra-se servida por sistemas de drenagem de águas residuais e 58% é servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

[b] Recolha Indiferenciada de Resíduos Sólidos Urbanos

A Recolha Indiferenciada, tal como o nome indica, resulta da recolha indiferenciada dos resíduos produzidos. No local de produção estes resíduos são misturados e depositados em contentores, independentemente do tipo.

Os Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados produzidos no Concelho de Soure são da responsabilidade da Câmara Municipal e encaminhados para a ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A..

Através da leitura do gráfico seguinte, verificam-se as quantidades de resíduos urbanos produzidos, recolhidos e entregues na ERSUC. Em 2012, a quantidade de resíduos foi de 5 266,4 toneladas, sendo que em 2013 se verifica um decréscimo dos mesmos, passando a ser 4 851,58 toneladas.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução da produção de resíduos sólidos urbanos no Concelho de Soure, nos últimos três anos, constatando-se uma evolução de 2013 para 2014, de 417,2 toneladas.

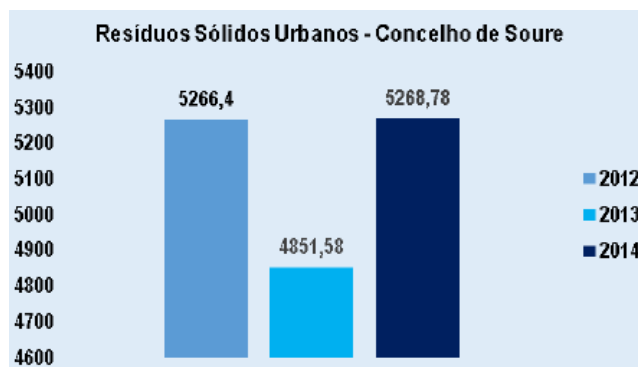


Figura 14 - Recolha Indiferenciada de Resíduos Sólidos Urbanos | Fonte: Câmara Municipal de Soure

[c] Resíduos Recicláveis – Recolha Seletiva

Os ecopontos constituem um conjunto de três contentores de cores diferentes (verde, amarelo e azul), que se encontram instalados nos aglomerados populacionais. Denominam-se: Vidrão (verde), Embalão (amarelo) e Papelão (azul) e servem para depositar resíduos valorizáveis para a reciclagem.

No Concelho de Soure, em 2014, dispunha de 280 contentores para recolha seletiva, dos quais 82 são Ecopontos Completos (Vidrão + Embalão + Papelão) acrescido de 34 Vidrões. Salienta-se que além dos ecopontos fornecidos pela ERSUC para a deposição de resíduos recicláveis, a Câmara Municipal, também adquiriu alguns ecopontos para reforçar a recolha seletiva e contemplar um maior número de populações.

A partir da análise do gráfico seguinte, verifica-se que no ano de 2014 foram separados no Concelho um total de 420,7 toneladas de resíduos diferenciados, repartidos por 200,5 toneladas de vidro, 116,3 toneladas de embalagens e 103,9 toneladas de papel/ cartão.

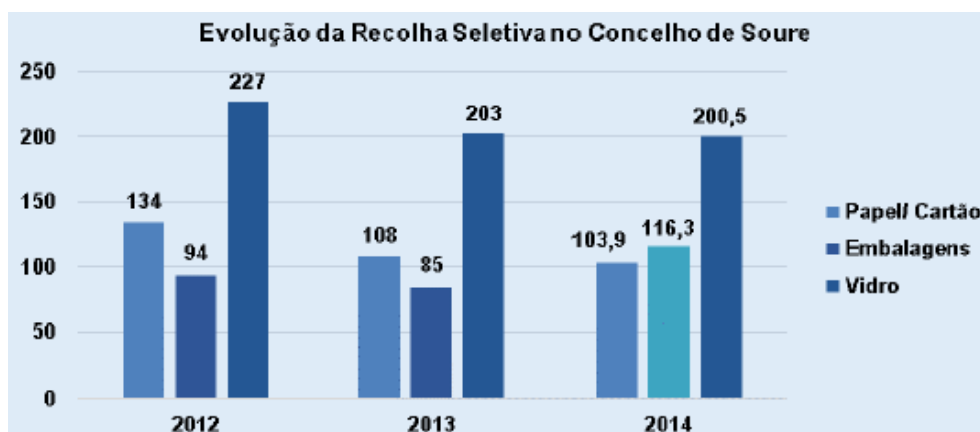


Figura 15 - Evolução da recolha seletiva no Concelho de Soure | Fonte: Câmara Municipal de Soure

No Concelho de Soure, existe ainda, uma rede complementar, que é constituída por 16 contentores para a deposição de «monos», que se encontram distribuídos pelas 10 freguesias do Concelho, localizados em pontos estratégicos, por forma a servir o maior número de lugares.

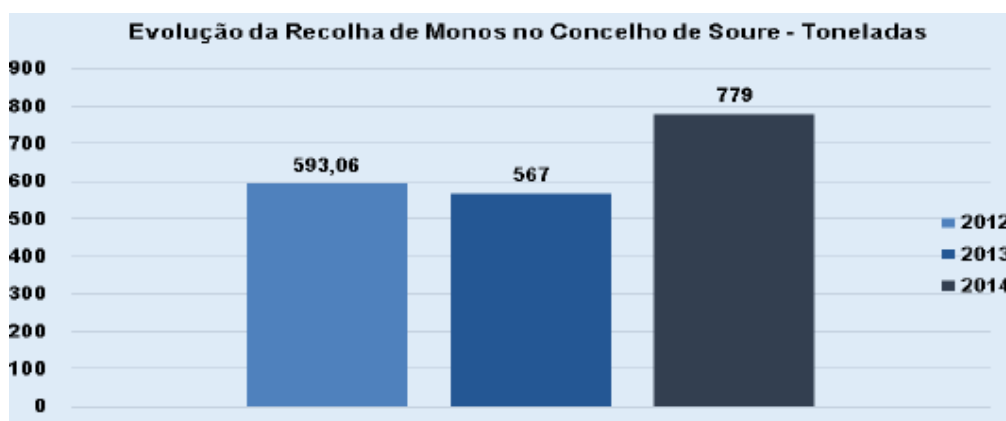


Figura 16 - Evolução da recolha de monos no Concelho de Soure (ton) | Fonte: Câmara Municipal de Soure

3.5.4. Acessibilidades e Transportes

Atualmente, os principais eixos viários que servem o concelho de Soure são de nível **Nacional e Municipal** e cruzam-se com **Caminhos Municipais** que garantem a ligação entre os, sensivelmente, duzentos lugares das dez freguesias do Concelho.

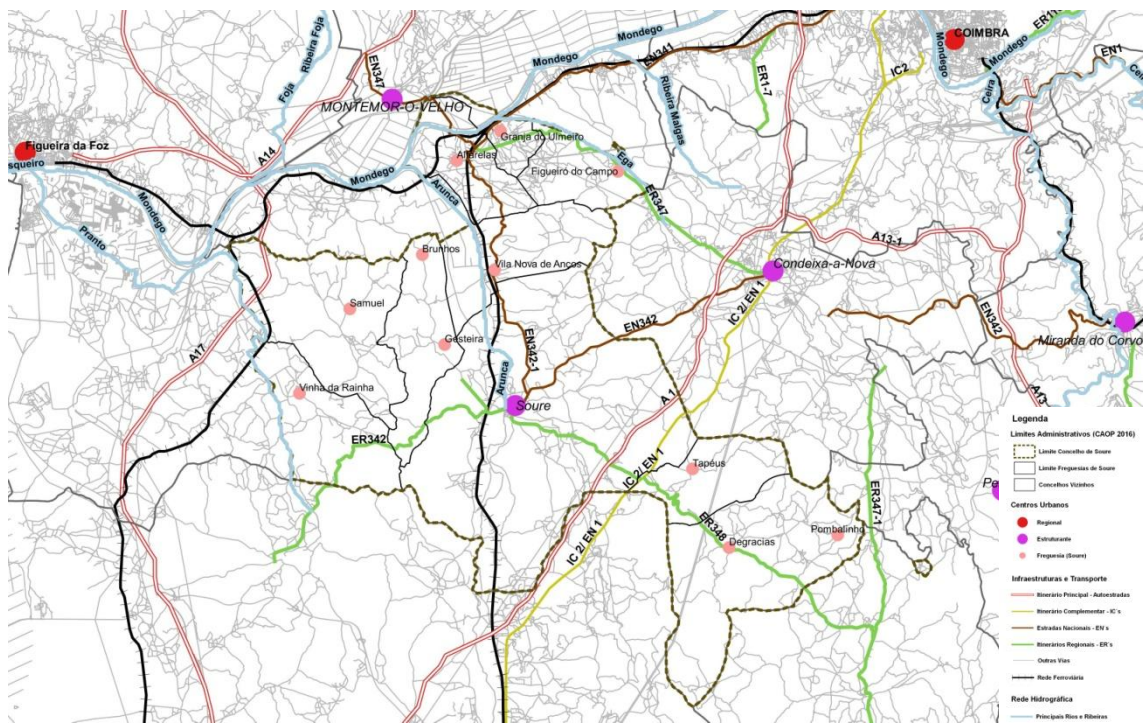


Figura 17 - Rede Viária no Concelho de Soure | Fonte: PRN2000

O concelho de Soure é atravessado por duas vias fundamentais a nível nacional, a IP1 (A1) e o IC2 – eixos viários estruturantes, que promovem e intensificam as relações ao exterior do concelho e a articulação com a rede viária de importância nacional.

REDE NACIONAL FUNDAMENTAL (IP)

- O **IP1 (A1)**, autoestrada do norte, que liga Valença a Castro Marim, é um instrumento potenciador do desenvolvimento regional e concelhio, tendo desde 2014 um Nó de Acesso, situado no Casconho, na EN348, e que serve de veículo por excelência de entrada e saída de pessoas e mercadorias no Concelho de Soure;

REDE COMPLEMENTAR (IC)

- O **IC1**, constitui a ligação entre Valença e Guia (IC4), assume uma grande importância, nas ligações à Zona Litoral, mas que apenas interseta ligeiramente o município de Soure na freguesia de Samuel, na sua confluência com o município da Figueira da Foz.
- O **IC2**, constitui a ligação entre Lisboa e Porto, com traçado paralelo ao IP1, assume uma grande importância, nas ligações à Zona Serrana que integra a Sub-Região de Sicó – freguesia de Tapéus e União das Freguesias de Degraças/Pombalinho, assim como na ligação entre Pombal e Leiria.

A rede viária local possui uma estrutura radial com centro na sede do Concelho – Soure. O acesso da sede do concelho às diferentes freguesias é efetuado da seguinte forma:

ESTRADAS NACIONAIS (EN)

- **EN 341** - Alfarelos - Coimbra, constitui a ligação entre Alfarelos (entroncamento da EN342-1) e Coimbra (IC2);
- **EN 342** - Soure - Arganil, constitui a ligação entre Soure (entroncamento com a EN342-1), passando por Condeixa, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, até Arganil (entroncamento da EN342-4);
- **EN 342-1** - Soure - Alfarelos, constitui a ligação entre Soure (entroncamento da EN342), passando por Vila Nova de Anços, até Alfarelos (entroncamento da EN341);
- **EN 347** - Montemor-o-Velho - Alfarelos, constitui a ligação entre Alfarelos (entroncamento da EN341 e Montemor-o-Velho (IP3);
- **EN 348** - Soure - IC2, constitui a ligação entre a Vila de Soure e o IC2.

ESTRADAS REGIONAIS (ER)

- **ER 342** - Louriçal - Soure, constitui a ligação entre Louriçal (IC8) e Soure;
- **ER 347** - Condeixa - Montemor-o-Velho, constitui a ligação entre Condeixa e Montemor-o-Velho (entroncamento da EN341);
- **ER 348** - IC2 - Alvaiázere, constitui a ligação entre o IC2 e o município de Alvaiázere (entroncamento da ER356).

ESTRADAS MUNICIPAIS (EM)

O município de Soure integra ainda uma rede de Estradas Municipais que compreendem as ligações de caráter local entre os diversos aglomerados do concelho.

Como já referido anteriormente, Soure faz fronteira com seis concelhos e estabelece ligação com os mesmos através das seguintes vias:

- A **Norte** liga-se ao Concelho de **Montemor-o-Velho** pela **EN 342-1** e também pela **EN 347**.
- A **Este** faz a sua ligação com **Condeixa-a-Nova** pela **A1**, **EN 342** e **EN 347** e a **Penela** pela **EM 563**.
- A **Sul** estabelece fronteira com **Ansião** pela **EN 348** e a **Pombal** pelo **IC2** e pela **EN 342**.
- A **Oeste** a ligação ao Concelho de **Figueira da Foz** estabelece-se pela **EM 622**.

O Concelho de Soure é também servido pela Rede Ferroviária Nacional, sendo atravessado pela **Linha do Norte** que serve, as freguesias de Soure, Vila Nova de Anços, Alfarelos e Granja do Ulmeiro. Na estação de Alfarelos/ Granja do Ulmeiro situa-se um importante entroncamento ferroviário, pois nela se cruzam as linhas do Norte e do Oeste, encontrando-se, também, lá instalada uma Plataforma Logística – Rodoferroviária.

No que diz respeito à qualidade do serviço da rede viária é possível afirmar que o concelho apresenta uma forte relação e articulação relativamente aos principais eixos da Rede Nacional o que favorece as comunicações com o exterior do território concelhio. Algumas intervenções na rede rodoviária nacional, nomeadamente a construção da ligação do nó da A1, introduziram melhorias significativas na acessibilidade ao concelho. As estradas que atravessam o concelho apresentam um estado de conservação relativamente bom e a rede, apesar de alguns constrangimentos no fecho das malhas, serve de forma aceitável a quase totalidade do território municipal.

O serviço dos transportes públicos rodoviário no concelho é limitado, o que é claramente um fator condicionante da mobilidade. O transporte ferroviário, por seu lado, tem uma utilização relevante, em linha com as suas potencialidades. No entanto os aglomerados mais pequenos e mais afastados dos principais eixos viários, apresentam uma rede de transportes públicos pouca atrativa.

Para além das questões referidas anteriormente, um dos problemas que claramente se identificam no concelho é a existência de inúmeros aglomerados atravessados por rodovias o que pode constituir uma barreira à livre e segura circulação pedonal dos cidadãos, particularmente nos casos em que as vias são muito movimentadas. Os exemplos mais preocupantes ocorrem com as estradas pertencentes à Rede Rodoviária Nacional por serem, tipicamente, as que apresentam maior tráfego de atravessamento, com destaque para a EN342. Alguns destes casos, estão em vias de ser minimizados com a implementação da denominada “variante a Soure”, que permitirá recolher muito tráfego de atravessamento. Uma outra questão são as regras a respeitar para a mobilidade condicionada, questão que é de abordagem um pouco complexa ao nível da maior parte dos aglomerados pois nem sequer existe separação de tráfego pedonal e motorizado.

3.6. Sistema de Riscos

A consideração do sistema de prevenção de riscos como um dos quatro vetores do modelo territorial do Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território (PNPOT) constitui uma opção com importante significado. De facto, nas últimas décadas, pela força dos factos e do avanço do conhecimento científico, agudizou-se a consciência de que existem riscos diversos ameaçadores das populações e dos territórios, os quais pela sua dimensão e complexidade devem ser colocados no topo da agenda política.

A situação geográfica e as características geológicas e climáticas de Portugal, nos territórios do continente e nas regiões insulares, tendo ainda em consideração o contexto actual das alterações climáticas, exigem uma monitorização e gestão preventivas dos diversos riscos naturais ou antrópicos.

Para diferentes escalas temporais e espaciais de ocorrência e respetivos efeitos no território, pode identificar-se um conjunto abrangente de vulnerabilidades e riscos: atividade sísmica, movimentos de massa, erosão do litoral e instabilidade das arribas, cheias e inundações, incêndios florestais, secas e desertificação, contaminação de massas de água, contaminação e erosão de solos, derrames acidentais no mar, rutura de barragens e riscos associados a diversas infraestruturas e acidentes industriais graves. A inclusão deste vetor no modelo territorial do PNPOT significa, assim, que a gestão preventiva de riscos constitui uma prioridade de primeira linha da política de ordenamento do território, sendo considerada uma condicionante fundamental da organização das várias componentes do modelo e um objetivo do programa das políticas do PNPOT e, ainda, um elemento obrigatório dos restantes instrumentos de gestão territorial.

No sentido de evidenciar essa prioridade e condicionante, apresenta-se, na figura seguinte, um mapa que representa, para o território continental e a uma escala macroscópica, um subconjunto dos riscos e vulnerabilidades relevantes para o Ordenamento do Território, face à ocorrência de fenómenos naturais mais graves e de atividades humanas de perigosidade potencial. Trata-se, assim, de uma carta agregada de “Riscos” que tem um sentido amplo de identificação de temas específicos mais relevantes.

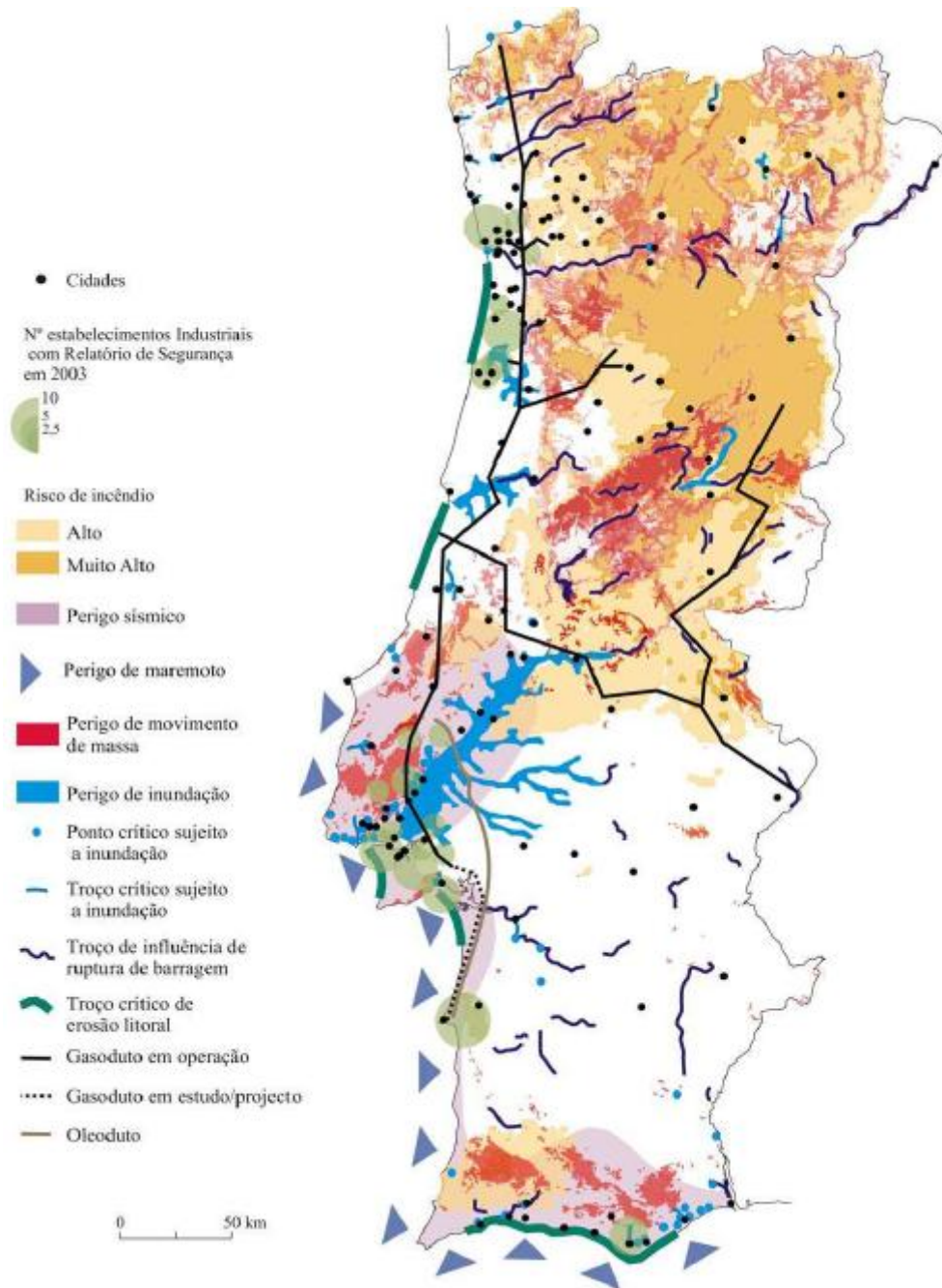


Figura 18 - Riscos em Portugal Continental | Fonte: Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Soure. Dezembro 2010

No concelho de Soure considera-se a existência dos riscos definidos na tabela, os quais se organizam em três grupos:

- Riscos naturais: causados por fenómenos naturais, de origem meteorológica, nomeadamente cheias, ciclones, secas, entre outros, ou de origem geológica como sismos, deslizamentos de terra, etc.

- Riscos tecnológicos: eventos acidentais, frequentemente súbitos e não planejados, decorrentes da atividade humana, envolvendo ou não substâncias perigosas, que podem ocorrer em espaço público, edificações, estabelecimento ou área industrial, suscetíveis de provocar danos significativos entre população/trabalhadores, equipamentos ou ambiente (p.e. cheias e inundações por rotura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas);
- Riscos mistos: resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (p.e. incêndios florestais)

Quadro 12 - Tipos de riscos

Tipo	Designação
Riscos Naturais	Sismos Cheias e Inundações Ventos fortes, tornados e ciclones Secas Ondas de calor Vagas de frio
Riscos Tecnológicos	Acidentes industriais Incêndios urbanos Colapso / estrago avultado em edifícios Acidentes em infraestruturas hidráulicas Acidentes viários, aéreos e fluviais Transportes de mercadorias perigosas Concentrações humanas Terrorismo Contaminação da rede pública de abastecimento de água
Riscos Mistos	Incêndios Florestais

Fonte: Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Soure. Dezembro 2010

4. Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais

4.1. Articulação dos Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais com o PDM

Em termos de objetivos e princípios, bem como da sua abordagem, o conceito de ordenamento do território tem tido ao longo dos anos diversas linhas de pensamento.

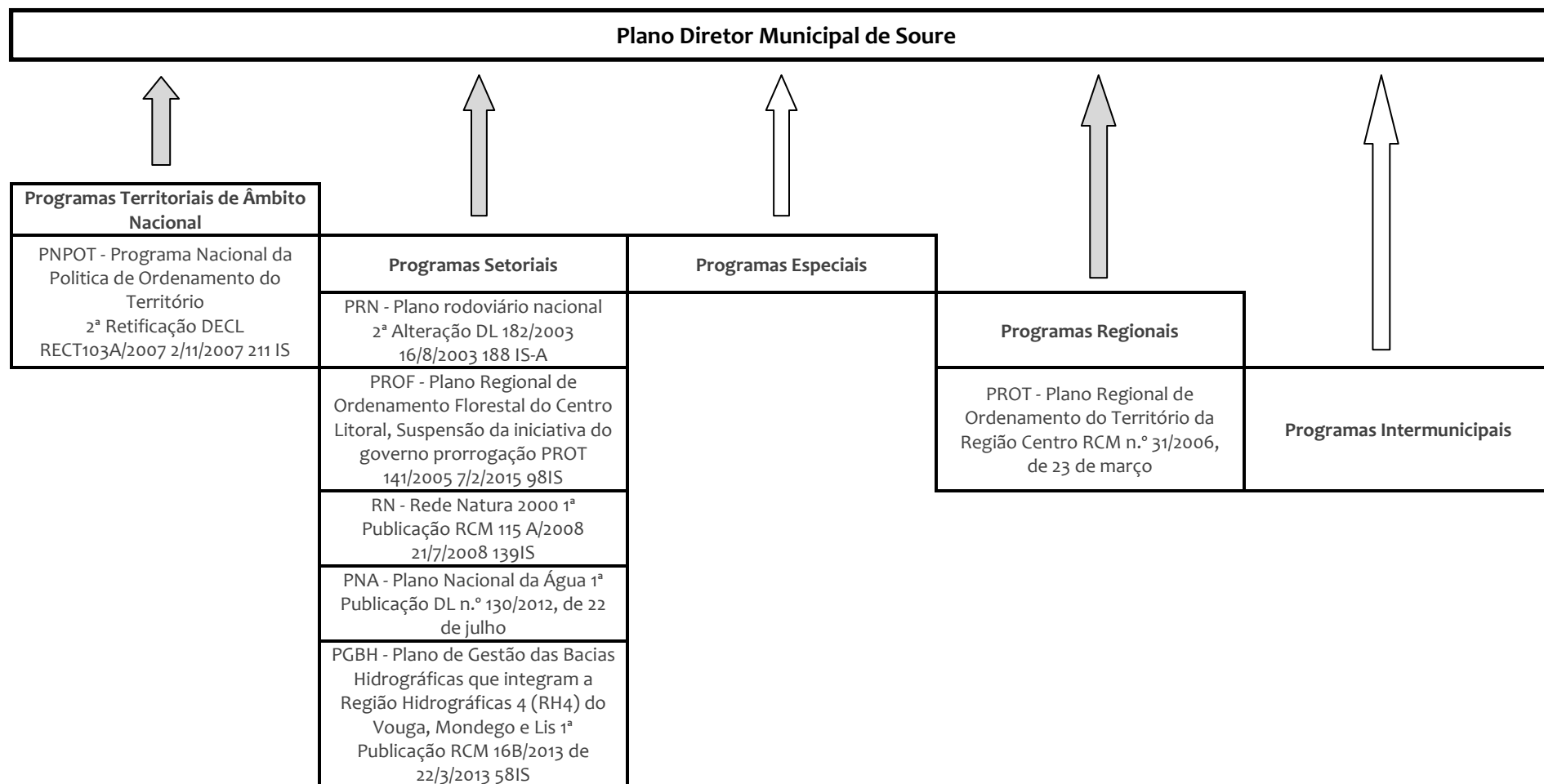
O Conselho da Europa, na década de 80 aprovou a Carta Europeia do Ordenamento do Território, o que constituiu um marco importante na definição da temática do ordenamento do território, assumindo-o como uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política, concebidas como uma abordagem interdisciplinar e global e que visa desenvolver de modo equilibrado as regiões e organizar fisicamente o espaço, segundo uma conceção orientadora tendente à melhoria da qualidade de vida, à gestão responsável dos recursos naturais, à proteção do ambiente e à utilização racional do território”.

A nível nacional, a Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, aprovou a Lei de bases da política de ordenamento do território e do urbanismo, que contem no seu objeto “... *A regulação, no âmbito da política de ordenamento do território e de urbanismo, das relações entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com as populações e com os representantes dos diferentes interesses económicos e sociais...*”.

A nova lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo (LBOTU), aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, introduziu diversas inovações no quadro legal do ordenamento do território e urbanismo, entre as quais estabelece que o regime de uso do solo é fixado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, através da qualificação e classificação do solo, passando a concentrar apenas nestes planos as regras diretamente vinculativas dos particulares, criando desta forma um único nível de planeamento, o nível municipal.

Neste sentido, e de acordo com o art.º 44, do diploma aludido, “*os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal devem desenvolver e concretizar as orientações definidas nos programas territoriais preexistentes de âmbito nacional ou regional, com os quais se devem compatibilizar*”

Neste contexto, os programas territoriais de nível superior que interferem e carecem de articulação com o PDM de Soure são refletidos na figura seguinte.



Este conjunto de instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal acima referenciados, condicionam, através das suas orientações, os restantes instrumentos de nível municipal. Desta forma a revisão do PDM de Soure deverá verter estas normas de forma a torná-las vinculativas.

A nova Lei de Bases definiu um regime transitório (máximo três anos após publicação da LB), para que as normas reguladoras do uso e ocupação do solo, que constam nos antigos planos especiais de ordenamento do território (atuais programas especiais), sejam integradas nos planos municipais e intermunicipais de forma a tornarem-se vinculativas dos particulares. Deixando, desta forma, os instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal de vincular diretamente o particular, mantendo somente o vínculo à administração pública e perdendo o seu carácter regulamentar.

4.2. Âmbito Nacional

4.2.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do território (PNPOT)

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

Considerado como o alicerce dos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial, o documento “*estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia*”, de acordo com o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O PNPOT procurou identificar os problemas que o ordenamento do território enfrenta, distribuindo-os por áreas de ação, como os recursos naturais e gestão de riscos; o desenvolvimento urbano; os transportes, energia e alterações climáticas; a competitividade dos territórios, infraestruturas e serviços coletivos e cultura cívica, planeamento e gestão territorial.

Relativamente aos PDM, o PNPOT enfatiza a componente estratégica dos mesmos, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios.

No contexto do PNPOT, o concelho de Soure enquadra-se no Centro Litoral, cujo território é diversificado do ponto de vista dos recursos naturais, da estrutura económica e da distribuição da população.

O Centro Litoral é caracterizado pela forte presença de indústrias, incluindo indústrias como a cerâmica e vidro, automóvel, metalomecânica ligeira, moldes e plásticos, madeira e papel, química e com um largo crescimento económico (1988-2003) superior à média do país.

Corresponde a 6,1% do território nacional, 9,4% da população e 9% do PIB do país.

O Centro Litoral é marcado pela passagem dos grandes eixos de comunicação nacional e internacional, o que lhe traz grandes vantagens competitivas.

O documento apontava para um insuficiente desenvolvimento dos serviços, apesar das unidades empresariais e das instituições de ensino superior e centros de investigação estarem a dinamizar a investigação e atividades de ligação ao tecido empresarial.

Neste contexto, este instrumento define as seguintes opções de desenvolvimento territorial para o Centro Litoral:

- a) Reforçar as dinâmicas industriais que valorizem competências em setores de alto valor acrescentado e suscetíveis de elevados ganhos de produtividade;
- b) Valorizar o novo quadro de acessibilidades resultantes dos investimentos na construção, melhoramento ou conclusão de infraestruturas de transporte e logística;
- c) Promover a estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando os eixos urbanos centrados em Leiria – Marinha Grande e Coimbra – Figueira da Foz e a constelação urbana de Aveiro;
- d) Promover a cooperação interurbana de proximidade para criar a escala e a integração funcional necessárias ao desenvolvimento e sofisticação de serviços e valorizar o novo quadro de acessibilidades para a concorrer com a atividades terciárias instaladas em Lisboa e Porto;
- e) Fomentar o desenvolvimento do eixo de ensino, ciência e inovação tecnológica de Aveiro – Coimbra – Leiria como elemento fundamental para a sustentar dinâmicas de competitividade e inovação territorial;
- f) Valorizar os grandes projetos hidroagrícolas do Baixo Mondego, Baixo Vouga e do Liz e promover e desenvolvimento do *cluster* horticultura de acordo com os princípios de bom ordenamento e de preservação dos recursos naturais;

- g) Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização difusas com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das atividades agropecuárias, dos setores da pesca e da aquicultura e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos;
- h) Favorecer o reordenamento industrial, sobretudo nas áreas do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga, no sentido de criar espaços de localização empresarial que contribuam para o reforço da estrutura policêntrica do sistema urbano e que promovam fatores potenciadores da inovação e do desenvolvimento tecnológico;
- i) Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano-turística na zona costeira, de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos;
- j) Valorizar os recursos hídricos e concluir os projetos de despoluição integrada das bacias do Liz, do Mondego e do Vouga e ainda da Ria de Aveiro.

4.2.2. Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis (PBGH)

A elaboração do “plano de gestão das bacias hidrográficas que integram a região hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste (RH4)” surgiu na sequência do Despacho n.º 18313/2009, de 7 de agosto.

A RH4 abrange as bacias hidrográficas de Vouga, Mondego e Lis, constituída pelas respetivas bacias hidrográficas e as ribeiras da costa entre a Barrinha de Esmoriz e a foz do rio Lis e as bacias hidrográficas de todas as linhas de água a sul da foz do rio Lis até ao estuário do rio Tejo. O território do Plano abrange 68 concelhos, dos quais 39 integralmente e ocupa uma área de cerca de 11 477 km².

O concelho de Soure pertence à bacia hidrográfica do rio Mondego sendo totalmente abrangido pelo Plano. Esta é a segunda maior bacia integralmente nacional, situa-se na região centro de Portugal, e está inserida entre as bacias dos rios Vouga e Douro a este e a norte, e entre as bacias dos rios Tejo e Lis a sul. A bacia hidrográfica do Rio Mondego ocupa uma área de 6 659 km². Os limites físicos da área territorial não coincidem com os limites administrativos: dos 45 concelhos abrangidos pela sua bacia hidrográfica, dos quais 30 são abrangidos apenas parcialmente.

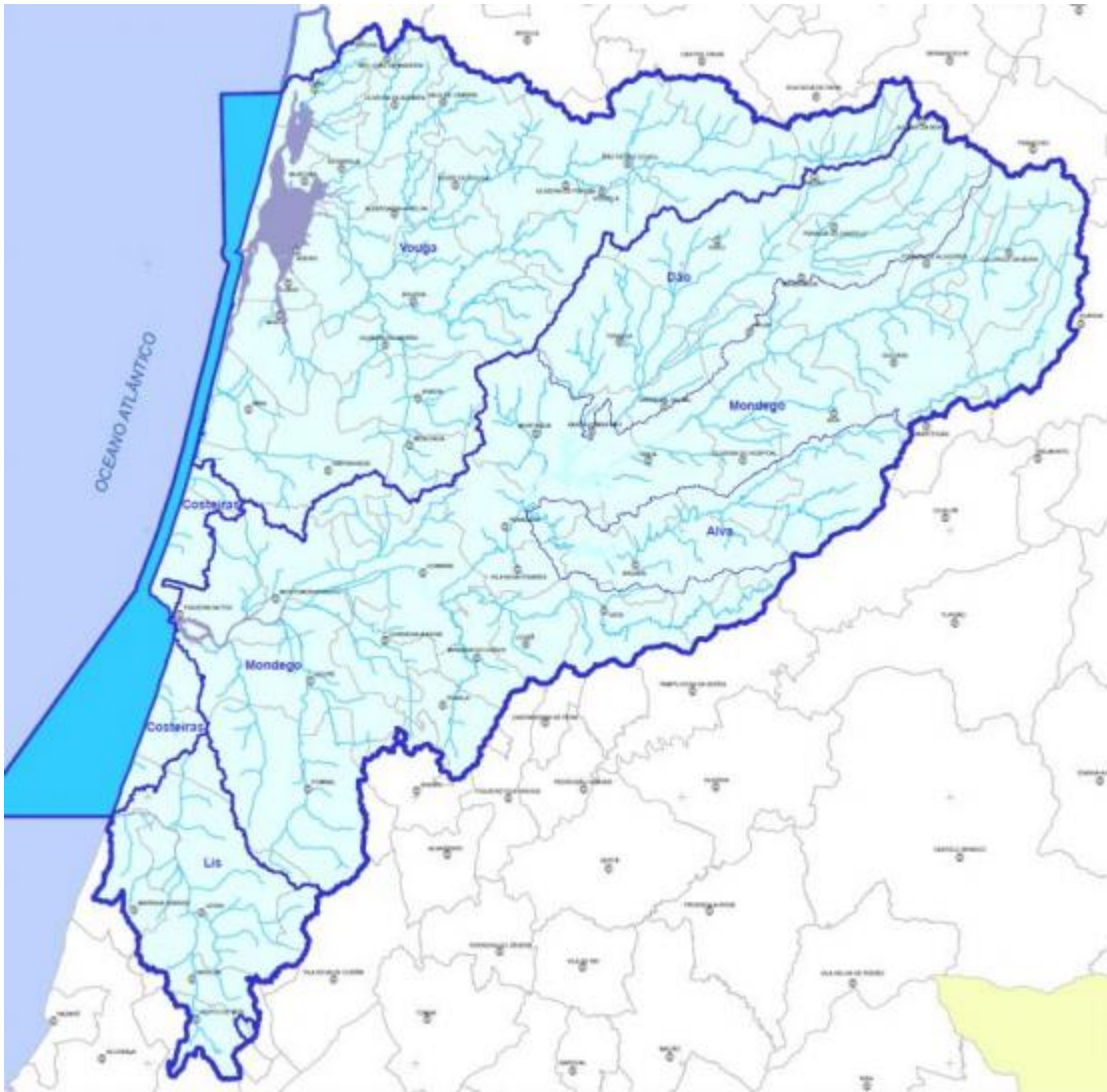


Figura 19 - Âmbito territorial do PGBH do Vouga, Mondego e Lis | Fonte: APA, PBH do Vouga, Mondego e Lis

As principais medidas definidas pelo respetivo Programa do PGBH do Vouga, Mondego e Lis (2012) destinadas a promover a proteção e salvaguarda dos recursos hídricos são as seguintes:

- Reforço do programa de monitorização das águas superficiais interiores.
- Recolha de informação ao longo da massa de água de acordo com as metodologias definidas no DQA para verificação do estado da massa de água.
- Reforço do programa de monitorização das águas subterrâneas.
- Caracterização ecológica da água e da presença de substâncias perigosas.
- Estudo integrado da qualidade da água da bacia do Mondego.
- Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental.
- Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição ambiental.
- Elaboração de planos de emergência para controlo do risco de poluição accidental.
- Delimitação de áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.

- Proteção das captações de água superficial.
- Elaboração de um manual para a restauração ecológica.
- Monitorização da utilização de adubos químicos e orgânicos.
- Avaliação do impacto da poluição difusa na qualidade das massas de água.
- Proibição de rejeição de águas residuais urbanas através de sistemas de infiltração no solo.
- Fiscalização e revisão das condições de descarga das indústrias.

4.2.3. Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

O Plano Setorial da Rede Natura 2000, constitui um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos Sítios e das Zonas de Proteção Especial do território continental, bem como a manutenção das espécies e *habitats* num estado de conservação adequado nestas mesmas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

Este Plano desenvolvido a uma macro escala (1:100 000) para todo o território continental, tem por objetivo "*contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados – Membros em que o trabalho é aplicável*".

O PSRN2000 vincula as entidades públicas, estando os planos municipais de ordenamento do território e os planos especiais obrigados a inserir as medidas e orientações estratégicas vigentes neste instrumento, no prazo máximo de seis anos após a sua aprovação. Dessa forma, a sua incorporação na presente revisão do PDM de Soure é imperativa.

A Rede Natura 2000 resulta da aplicação da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais da fauna e da flora selvagens (Diretiva *Habitats*). Estas Diretivas foram revistas e transpostas para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, revisto e transposto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

A criação de uma rede ecologicamente coerente de áreas protegidas denominada Rede Natura 2000, é constituída por:

- **Zonas de Proteção Especial (ZPE):** criadas ao abrigo da Diretiva Aves e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus *habitats* (listadas no Anexo I da Diretiva) e das espécies de aves migratórias (não referidas no Anexo I) e que ocorram de forma regular;
- **Zonas Especiais de Conservação (ZEC):** criadas ao abrigo da Diretiva *Habitats*, com o objetivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e seminaturais (Anexo I da Diretiva) e dos *habitats* de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

Em Portugal Continental a Rede Natura 2000 é atualmente composta por 29 ZPE e 60 Sítios, estando o **concelho de Soure inserido na Rede Natura 2000, no Sítio Sicó-Alvaiázere (PTCON0045)** e no sítio RAMSAR e Zona de Proteção Especial designado como “**Paul da Madriz**”.

Conforme se verificar na figura seguinte, o concelho de Soure tem apenas 5% do seu território classificado.

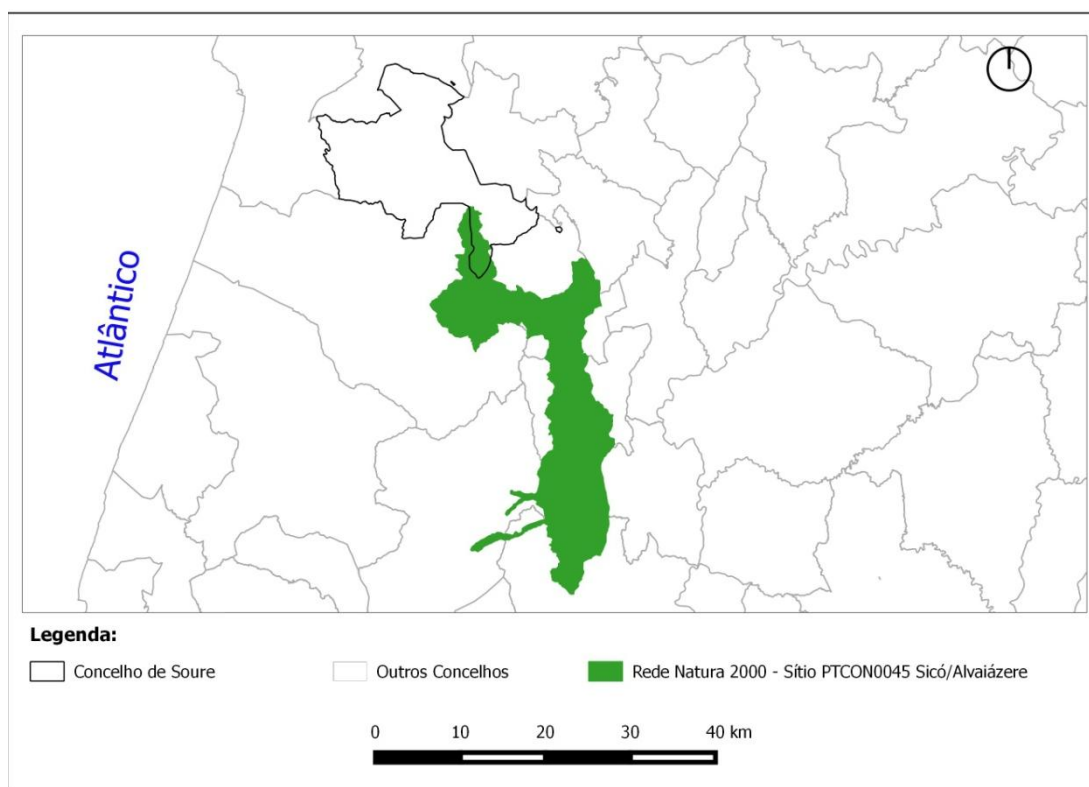


Figura 20 - Rede Natura 2000 no concelho de Soure | Fonte: ICNB

O sítio Sicó-Alvaiázere, que no concelho de Soure abrange a freguesia de Tapéus e União das Freguesias de Degraças e Pombalinho, caracteriza-se por possuir uma elevada diversidade de habitats associados ao substrato calcário. Inclui as maiores e melhores conservadas áreas do país de carvalhal de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea subsp. broteroi*) e manchas notáveis de azinhais sobre calcários.

Merecem destaque os habitats ripícolas, ricos em flora diversa, como é o caso dos afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas ou das lajes calcárias, dispostas em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas.

O Sítio constitui-se como uma das áreas mais importantes para a conservação da flora calcícola, sendo de realçar o *Juncus valvatus*, um endemismo lusitano.

O Rio Nabão é um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia de riacho. O Sítio inclui vários abrigos de morcegos importantes a nível nacional.

O concelho de Soure possui o sítio Paul da Madriz, classificado como Zona de Proteção Especial pela Diretiva Aves 79/409/CEE e inscrito na Lista de Sítios da Convenção de RAMSAR. Este constitui uma importante zona húmida, com uma área de 89,3 ha, rodeada de bosques ripícolas, encaixada num vale e localiza-se a sul da povoação do Casal do Rendinho, na baixa do Rio Arunca, entre as freguesias de Vila Nova de Anços e Alfarelos, sendo drenado pela Vala do Moinho que o atravessa e se liga à Vala do Canal.

No que diz respeito ao Vale do Mondego o ICNF afirma que este foi *"outrora, uma imensa zona húmida que, ao longo de milénios proporcionou condições ideais para a existência e desenvolvimento de numerosas comunidades animais e vegetais."* No entanto, *"atualmente restam apenas algumas zonas húmidas, que têm assegurado a continuidade das formações e comunidades representativas."*

A ZPE Paul da Madriz constitui uma das *"últimas zonas húmidas, com fatores geográficos, extensão e cobertura vegetal adequados à fixação e desenvolvimento de diversas comunidades, principalmente aves, que utilizam esta área quer como local de nidificação, quer como refúgio de inverno ou, ainda, para repouso e alimentação durante as migrações."*

A zona do Paul é ocupada por áreas agrícolas e florestais de elevado interesse para a avifauna. Caracteriza-se quer pela sua diversidade, beleza, valor, como também pela sua importância na sobrevivência das espécies.

Os habitats florestais presentes são as florestas de coníferas, as turfeiras, os pauis, a vegetação ribeirinha e os pântanos. Quanto à fauna identificam-se as espécies: *Anas strepera* (frisada), *Ficedula hypoleuca* (papa-moscas-preto), *Gallinago gallinago* (narceja), *Locustella luscinioides* (felosa-unicolor).



Figura 21 - Paul de Madriz | Fonte: P.R.O.F. Centro Litoral.

4.2.4. Plano Nacional Rodoviário 2000 (PRN2000)

O **Plano Rodoviário Nacional 2000** (PRN 2000) (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.

A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

O Plano tem como objetivos:

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.

- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

A Rede Rodoviária Nacional estrutura-se da seguinte forma:

- Rede Nacional Fundamental

Integra os Itinerários Principais (IP), que são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras.

- Rede Nacional Complementar

Integra os Itinerários Complementares (IC) e as Estradas Nacionais (EN), que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra concelhia, mas infradistrital.

- Rede Nacional de Autoestradas

Integra os elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado, que não servem as propriedades limítrofes e que estejam sinalizados como autoestrada.

4.3. Âmbito Regional

4.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro (PROT-C)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006 determinou a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-C).

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro constitui um instrumento fundamental de articulação entre o PNPOT e os diversos instrumentos de política sectorial com expressão territorial e os instrumentos de planeamento municipal.

O documento encontra-se em elaboração, tendo sido possível aceder à proposta de modelo territorial e à versão preliminar da proposta de normas específicas e territoriais e gerais.

A configuração da Região Centro na sua origem é condicionada por um quadro físico difícil, sendo constituída por um conjunto de espaços sub-regionais identificados em função da sua coerência física, económica e social. A região Centro assume-se como um território muito diversificado do ponto de vista dos recursos naturais, da estrutura económica e da distribuição da população, o que coloca desafios nos domínios da competitividade e da coesão económica, social e ambiental.



Figura 22 - Espaços da Região Centro – geografia de intervenção do PROT-C

O PROT-C é elaborado segundo o objetivo geoestratégico de afirmar a Região Centro como um “território portador de um contributo ativo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental (...) configurando um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto.”

A visão estratégica defendida para a Região Centro assenta nas seguintes componentes:

- Proposta de geoestratégia territorial;
- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região;
- Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade inclusiva do conhecimento;
- Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
- Valorizar complementaridades e sinergias entre os recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento da procura;
- Valorizar o potencial de energias alternativas da Região como fator de diferenciação competitiva;
- Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região;
- Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.

A visão estratégica é traduzida em termos espaciais por um modelo territorial, resultante da integração de cinco sistemas estruturantes, nomeadamente:

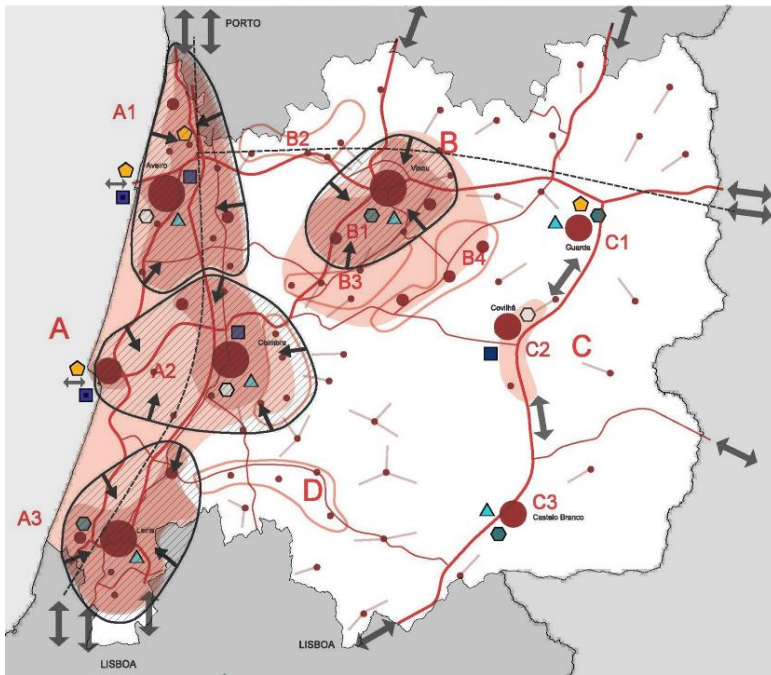
- O **sistema produtivo**, que representa as principais fontes de geração de rendimento e de emprego, traduzindo a capacidade endógena de sustentação económica da Região;
- O **sistema ambiental**, que representa o quadro de referência biofísica do modelo territorial da Região;

- O **sistema urbano**, que representa os padrões e as dinâmicas de ocupação urbana;
- O **sistema de acessibilidades e equipamentos**, que integra as redes de infraestruturas, transportes, comunicações, energia e equipamentos coletivos;
- O **sistema de riscos naturais e tecnológicos**, que reflete os potenciais riscos.

Em termos de modelo territorial, a complexidade e a extensão das formas de povoamento, da territorialização da sociedade e da economia da Região, implicaram que a definição dos vários espaços territoriais fosse realizada segundo uma perspetiva de “*textura*” e “*estrutura*”. Enquanto a primeira enfatiza questões relacionadas com a geografia física, a segunda é organizada integrando variáveis económicas, urbanas, mobilidade e parâmetros de vulnerabilidade social e exposição ao risco. Esta metodologia procurou refletir a diversidade da região, apostando em representações que procuram evidenciar as várias “*geometrias variáveis*” territoriais.

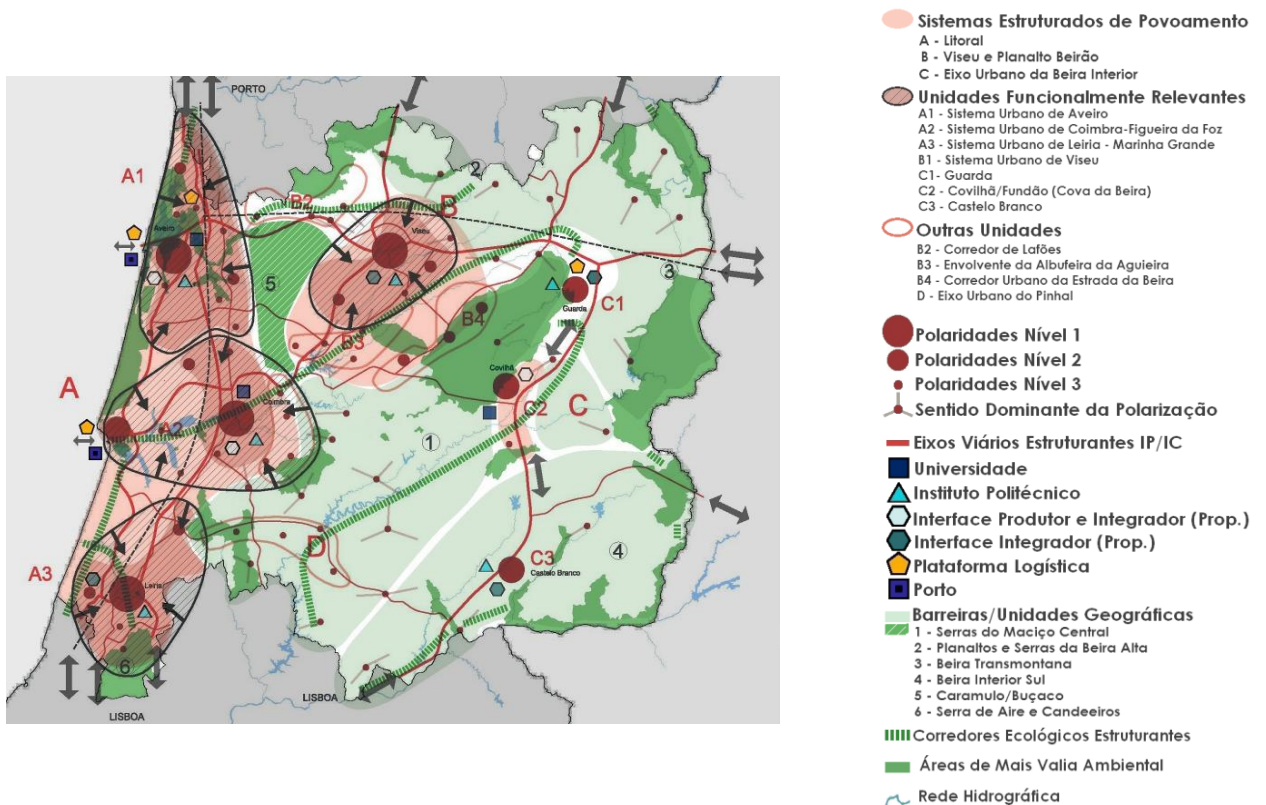
O modelo territorial proposto reorientado assenta nas seguintes premissas:

Sistemas Estruturados de Povoamento	Litoral Viseu e Planalto Beirão Eixo Urbano da Beira Interior
Unidades Funcionalmente Relevantes	Sistema Urbano de Aveiro Sistema Urbano de Coimbra - Figueira da Foz Sistema Urbano de Leiria – Marinha Grande Sistema Urbano de Viseu Guarda Covilhã/Fundão Castelo Branco
Outras Unidades	Corredor de Lafões Envolvente da Albufeira da Aguieira Corredor Urbano da Estrada da Beira Eixo Urbano do Pinhal



- **Sistemas Estruturados de Povoamento**
 - A - Litoral
 - B - Viseu e Planalto Beirão
 - C - Eixo Urbano da Beira Interior
- **Unidades Funcionalmente Relevantes**
 - A1 - Sistema Urbano de Aveiro
 - A2 - Sistema Urbano de Coimbra-Figueira da Foz
 - A3 - Sistema Urbano de Leiria - Marinha Grande
 - B1 - Sistema Urbano de Viseu
 - C1 - Guarda
 - C2 - Covilhã/Fundão (Cova da Beira)
 - C3 - Castelo Branco
- **Outras Unidades**
 - B2 - Corredor de Lafões
 - B3 - Envolvente da Albufeira da Agueira
 - B4 - Corredor Urbano da Estrada da Beira
 - D - Eixo Urbano do Pinhal
- **Polaridades Nível 1**
- **Polaridades Nível 2**
- **Polaridades Nível 3**
- **Sentido Dominante da Polarização**
- **Eixos Viários Estruturantes IP/IC**
- **Universidade**
- ▲ **Instituto Politécnico**
- ◻ **Interface Produtor e Integrador (Prop.)**
- ◻ **Interface Integrador (Prop.)**
- **Plataforma Logística**
- **Porto**

Figura 23 - Síntese 1 do Modelo Territorial Reorientado do PROT-C | Fonte: PROT-C (em elaboração) CCDR-C



- **Sistemas Estruturados de Povoamento**
 - A - Litoral
 - B - Viseu e Planalto Beirão
 - C - Eixo Urbano da Beira Interior
- **Unidades Funcionalmente Relevantes**
 - A1 - Sistema Urbano de Aveiro
 - A2 - Sistema Urbano de Coimbra-Figueira da Foz
 - A3 - Sistema Urbano de Leiria - Marinha Grande
 - B1 - Sistema Urbano de Viseu
 - C1 - Guarda
 - C2 - Covilhã/Fundão (Cova da Beira)
 - C3 - Castelo Branco
- **Outras Unidades**
 - B2 - Corredor de Lafões
 - B3 - Envolvente da Albufeira da Agueira
 - B4 - Corredor Urbano da Estrada da Beira
 - D - Eixo Urbano do Pinhal
- **Polaridades Nível 1**
- **Polaridades Nível 2**
- **Polaridades Nível 3**
- **Sentido Dominante da Polarização**
- **Eixos Viários Estruturantes IP/IC**
- **Universidade**
- ▲ **Instituto Politécnico**
- ◻ **Interface Produtor e Integrador (Prop.)**
- ◻ **Interface Integrador (Prop.)**
- **Plataforma Logística**
- **Porto**
- **Barreiras/Unidades Geográficas**
 - 1 - Serras do Maciço Central
 - 2 - Planaltos e Serras da Beira Alta
 - 3 - Beira Transmontana
 - 4 - Beira Interior Sul
 - 5 - Caramulo/Buçaco
 - 6 - Serra de Aire e Candeeiros
- ||||| **Corredores Ecológicos Estruturantes**
- **Áreas de Mais Valia Ambiental**
- ~ **Rede Hidrográfica**

Figura 24 - Síntese 2 do Modelo Territorial Reorientado do PROT-C | Fonte: PROT-C (em elaboração) CCDR-C

A Região Centro apresenta um esquema de sistema urbano que pode constituir um território alternativo às duas Metrópoles, onde as cidades médias e os pequenos centros proporcionam uma oferta de emprego e um quadro de vida de qualidade claramente diferenciadores. Sendo um território de “múltiplas geometrias de relacionamento”, é possível encontrar os seguintes subsistemas urbanos:

- Centro Litoral desenvolve-se numa extensa mancha urbana estruturada em três subsistemas urbanos:
 - i) O subsistema urbano de Aveiro/Baixo Vouga;
 - ii) O subsistema urbano de Coimbra/Baixo Mondego;
 - iii) O subsistema urbano Leiria - Marinha Grande/Pinhal Litoral
- Subsistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão;
- Subsistema urbano da Beira Interior
- Eixo Urbano do Pinhal Sul

O concelho de Soure **insere-se** na proximidade, a nascente, do subsistema urbano de Coimbra/Baixo Mondego.

Este subsistema desenvolve-se ao longo do Eixo Coimbra - Figueira da Foz com uma relação de forte complementaridade funcional, reforçada pelas novas acessibilidades viárias entre o Campo do Mondego e a relação com o Atlântico IP1/IC2.

O **subsistema urbano** integra os centros urbanos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede, Mira, Mealhada, Penacova, Lousã, Miranda do Corvo e Condeixa-a-Nova. Coimbra destaca-se claramente pela oferta formativa e base tecnológica, ligado à universidade secular, mas também nas funções administrativas, de saúde e de comércio e serviços e no seu potencial de internacionalização. Polariza um conjunto de centros urbanos vizinhos que asseguram a função habitacional de suporte. A influência dos serviços mais avançados, designadamente na área da saúde, estende-se a um extenso território. Exerce, por isso, funções de alcance regional, alargando a sua influência a territórios do Pinhal, vertebrando nesse sentido uma lógica de alternativa à influência das aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto. Figueira da Foz apresenta a sua especialização nos serviços turísticos, no papel, na energia, vidro, na logística e nos transportes.

[a] Tipologias Urbanas

A estratégia urbana que suporta o PROT Centro exige que se fomente a **consolidação de um sistema urbano regional policêntrico** segundo um modelo de estrutura urbana a três níveis: Centros urbanos regionais; Centros urbanos estruturantes; Centros urbanos complementares.

Os **Centros Urbanos Regionais (CUR)** definem-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e por um leque diversificado de equipamento e serviços. No seu contributo para o policentrismo pretende-se que os CUR se afirmem, globalmente, como âncoras do desenvolvimento da Região. São fundamentais nos processos de inovação e reforço da coesão e competitividade regional, dinamizando os processos de concertação com as centralidades urbanas das regiões adjacentes. Os Centros Urbanos Regionais de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco devem assumir esta função de ancoragem regional.

Os **Centros Urbanos Estruturantes (CUE)** desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas, e devem afirmar-se como nós estruturantes do sistema urbano regional. Têm funções de articulação urbana e são fundamentais no reforço da conectividade urbana e, por isso, dinamizadores do policentrismo regional, nomeadamente na estruturação dos subsistemas urbanos. Os Centros Urbanos de Ovar, Ílhavo, Águeda, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital devem assumir esta função de estruturação do território regional.

Os **Centros Urbanos Complementares (CUC)**, como é **considerado Soure**, apresentam um leque mínimo de funções urbanas, ainda que pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade. Têm uma função predominantemente municipal, garantindo uma oferta urbana essencial para a coesão territorial. No seu contributo para o policentrismo, deve-se:

- 1) Afirmar os centros urbanos complementares enquanto nós de estruturação e amarração local e de articulação com o sistema urbano regional.
- 2) Assegurar, nos territórios de baixa densidade, que os centros urbanos complementares são nós fundamentais de sustentação sócio rural.
- 3) Afirmar os centros urbanos complementares enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida cruciais para o desenvolvimento local.

Os centros urbanos, que não são centros urbanos regionais nem centros urbanos estruturantes, mas são sedes de concelho, devem desempenhar um papel complementar na estruturação regional. Estes centros urbanos podem fazer parte de um ou mais subsistemas urbanos.

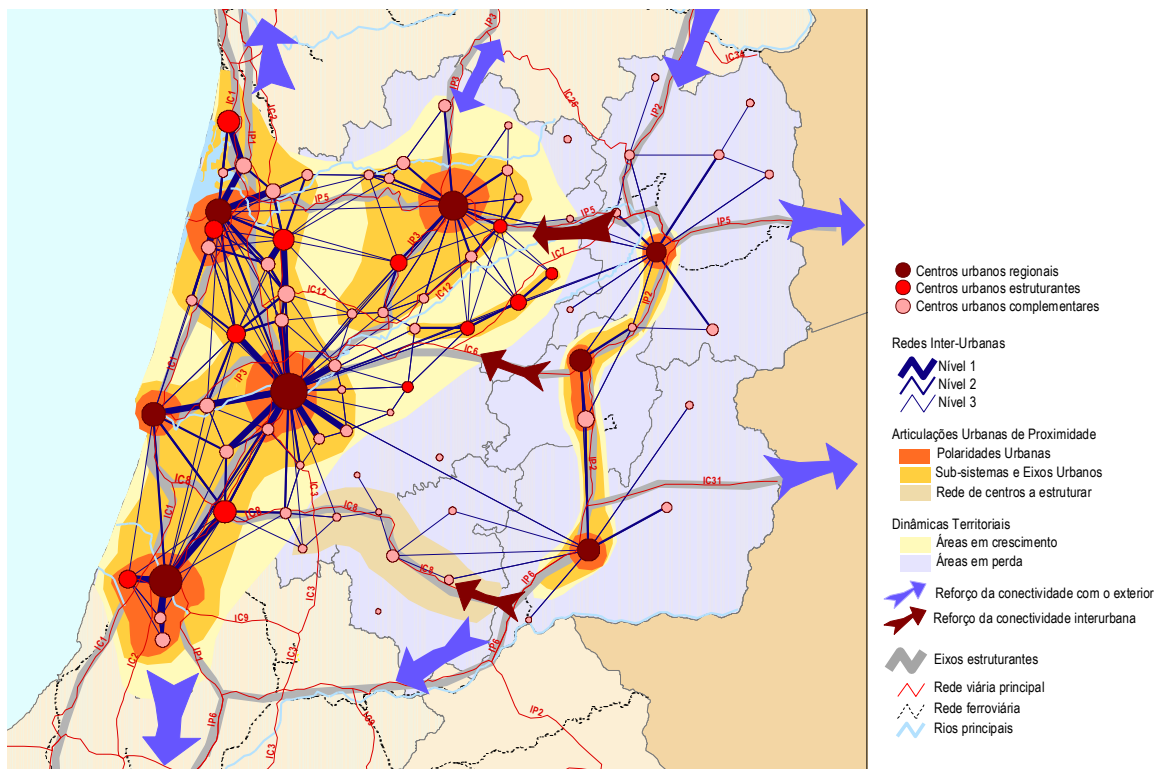


Figura 25: Sistema Urbano da Região Centro | Fonte: Proposta do PROT Centro setembro, 2010

A consolidação de um sistema urbano policêntrico regional, suportado em subsistemas urbanos e em eixos de relacionamento longitudinal ou transversal regionais, visa, para o território que integra Soure, entre outros objetivos, “Dinamizar e impulsionar o Eixo do Baixo Mondego / Coimbra - Figueira da Foz”.

Com implicações à escala do PDM, o PROT ainda preconiza a promoção e reforço das sinergias urbano-rurais, sendo que para tal, se deve:

- Maximizar as articulações entre o urbano e o rural, atendendo às especificidades das “unidades territoriais” e as respetivas unidades urbanas.*
- Incentivar as parcerias institucionais de âmbito urbano-rural, como instrumento de coordenação das atuações da administração local e central e de outros agentes pertinentes.*
- Assumir os subsistemas urbanos, enquanto espaço de cidadania, de valorização de recursos, de residência e de quadros de vida, e como referencial de desenvolvimento urbano-rural.*

- d) *Assegurar nos subsistemas urbanos uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a polivalência, a complementaridade e a equidade territorial.*
- e) *Organizar a mobilidade de pessoas e bens, de forma a assegurar a equidade territorial no acesso a bens e serviços.*
- f) *Organizar os serviços agrorurais de caráter intermunicipal ou regional, privilegiando as polarizações já existentes e de forma a criar sinergias interserviços.*
- g) *Definir a escala (municipal, intermunicipal ou regional) a que devem ser prestados os serviços ao setor agrorural e organizar os serviços em função do tipo de mobilidade a incrementar (ou seja, identificando se deve ser o serviço que se desloca ao produtor/agricultor ou se é o produtor/agricultor que se desloca ao serviço).*

[b] Sistema Urbano proposto do Concelho de Soure

As dimensões da ocupação humana e do desenvolvimento funcional futuros aconselham algumas alterações ao sistema urbano existente. Estas prendem-se essencialmente com a inclusão de todas as sedes de freguesia no 2º nível hierárquico, enquanto o último nível mantém a agregação de todos os restantes centros urbanos (delimitados por perímetro urbano). Com efeito, as ações (materiais e imateriais) que concretizam as Linhas Estratégicas de Desenvolvimento definidas para o município, apesar de serem diversas e significativas, consubstanciam sobretudo **o reforço dos centros urbanos de nível I (Soure)**, nomeadamente, e a título exemplificativo, a ligação do nó da A1 à sede de concelho, a criação do Parque Industrial associado ao nó da A1, entre várias outras ações.

Estas ações inserem-se numa postura que se considera desejável, tanto no plano regional como interno, **o reforço da importância da sede de concelho no contexto sub-regional**, no sentido da sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, bem como a consolidação da importância dos **centros de nível II**, para que estes possam ver reforçada a sua função de verdadeira alternativa à sede do concelho, na obtenção de determinados bens e serviços, proporcionando um maior equilíbrio ao sistema urbano concelhio.

Nos **centros de nível III**, integram-se as restantes aglomerados urbanos ou outros pequenos lugares delimitados por perímetro urbano. Estes aglomerados devem possuir as funções adequadas à sua população, isto é, permitindo as necessárias condições de bem estar social às populações que neles residem, de caráter eminentemente local e naturalmente cumprindo os limiares mínimos de sustentabilidade para o seu funcionamento.

O Sistema Urbano proposto assenta assim nos seguintes níveis e nos centros urbanos respetivos:

Centro Complementar Principal	Soure
Centro Complementar de 2º Nível	Granja do Ulmeiro Alfarelos Vila Nova de Anços Degracias Pombalinho Figueiró do Campo Gesteira Brunhós Samuel Tapéus Vinha da Rainha
Centro Complementar de 3º Nível	Restantes Aglomerados ou pequenos lugares delimitados pelo perímetro urbano

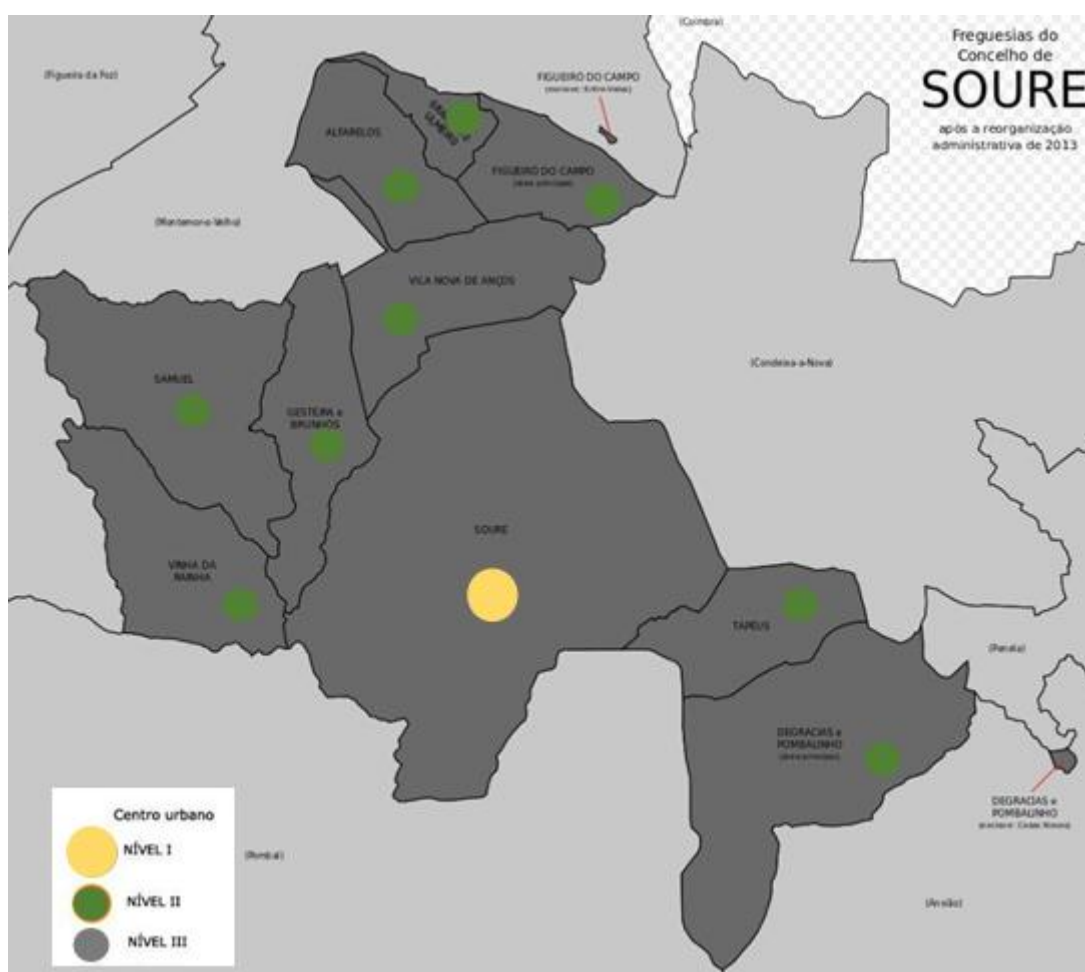


Figura 26: Sistema Urbano Proposto do município de Soure

Nota: Para simplificar a figura, apenas se representaram os dois primeiros níveis do sistema urbano, sendo que o nível 3 do sistema urbano, são todos os restantes aglomerados delimitados por perímetro urbano.

4.3.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal - Centro Litoral (PROF-CL)

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos sectoriais de gestão territorial que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, encontrando-se previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e regulados pelo Decreto-Lei n.º 204/99, de 9 de junho.

As orientações estratégicas florestais constantes no PROF CL, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, devem ser integradas nos planos especiais de ordenamento do território e nos planos municipais de ordenamento do território, com especial destaque para os Planos Diretores Municipais.

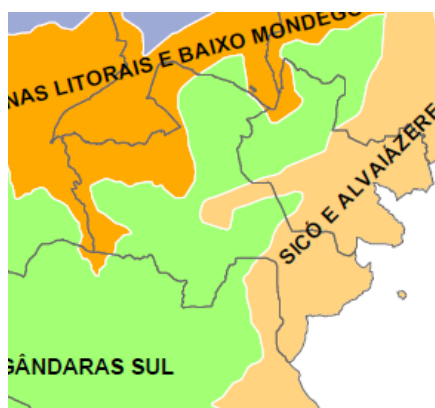


Figura 27 - Sub-regiões homogêneas do PROF-CL | Fonte: PROF - CL

O concelho de Soure integra as sub-regiões homogêneas de Dunas Litorais e Baixo Mondego, Gândaras Sul e, por último, Sicó e Alvaiázere.

A subregião **Dunas Litorais e Baixo Mondego** constitui uma importante zona húmida, com necessidades especiais de proteção contra a erosão eólica, ambiental, microclimática e da rede hidrográfica. O elevado valor estético e paisagístico dos seus espaços, confere-lhe potencialidades para o desenvolvimento do recreio, oferecendo, por sua vez, uma melhor qualidade de vida às populações residentes ou próximas.

A importância destas potencialidades e condicionantes, associadas com as necessidades de conservação dos *habitat* classificados de flora e fauna existentes, reflete-se na hierarquização das funcionalidades desta subregião:

- 1ª função: Proteção
- 2ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem
- 3ª função: Conservação de habitat de flora e fauna

Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none">• Grande parte da área sob gestão pública – na quase totalidade da faixa costeira desta sub-região existem Matas Nacionais ou Perímetros Florestais;• Paisagem com elevado valor estético e recreativo – nas zonas húmidas, salientando-se os pauis e as galerias ripícolas;• Extensa zona húmida com elevado valor de conservação – os pauis, os sítios da rede natura e as zonas importantes para as aves localizados nesta sub-região, constituem habitat de flora e fauna que importam preservar;• Potencial para a pesca nas águas interiores – sobretudo no rio Mondego existem zonas de pesca profissional;• Apicultura transumante que se desloca para o interior durante a Primavera.
Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Região litoral sujeita ao efeito da salsugem;• Necessidades de protecção contra a erosão eólica, ambiental, microclimática e da rede hidrográfica;• Elevada proporção de troços fluviais muito degradados ou degradados – devido à atividade agrícola e industrial a maioria dos troços fluviais desta sub-região apresentam-se degradados;• Elevada pressão humana – a existência ou proximidade de centros urbanos torna esta sub-região particularmente sujeita aos efeitos da pressão humana.

A subregião **Gândaras Sul** detêm uma elevada apetência para o desenvolvimento de espaços florestais vocacionados para produção de material lenhoso com elevado valor de mercado, capazes de proporcionar um enquadramento paisagístico que permita o desenvolvimento de atividades de lazer e recreio, de forma a melhorar a qualidade de vida das populações aí residentes ou próximas.

A importância destas potencialidades e condicionantes, associadas com as necessidades de proteção do litoral e do solo, reflete-se na hierarquização das funcionalidades desta sub-região:

- 1ª função: Produção
- 2ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem
- 3ª função: Proteção

Pontos Fortes

- **Elevada produção de material lenhoso** – essencialmente de eucalipto e pinheiro bravo. Esta subregião apresenta potencial produtivo ótimo para ambas as espécies, nomeadamente de pinheiro bravo oriundo da Mata Nacional de Leiria;
- **Potencial para o desenvolvimento de floresta de folhosas caducifólias** – potencial produtivo ótimo para o carvalho cerquinho na quase totalidade desta subregião e favorável para o carvalho alvarinho em Pombal (Este) e Leiria;
- **Elevado potencial para o recreio e lazer nos espaços florestais** – a presença de Matas Nacionais junto à costa e a proximidade de grandes centros populacionais potenciam a criação de massas florestais com elevados valores estético e recreativo. Por outro lado, esta subregião apresenta já algum desenvolvimento turístico e de recreio;
- **Existência de dinâmica de investimento florestal** - zona em que os proprietários têm apresentado iniciativas de candidatura a apoios públicos ao investimento;
- **Existência de unidades industriais importantes para o setor florestal.**
- **Existência de áreas submetidas ao regime florestal**, nomeadamente regime florestal total (14% dos espaços florestais).

Pontos Fracos

- **Existência de poucas estruturas para o recreio e lazer nos espaços florestais** - quase inexistência de percursos de natureza e de informação sobre o valor paisagístico da região;
 - **Necessidade de proteção das regiões litorais e do solo** – devido à proximidade do oceano e à prática de agricultura intensiva é necessário tomar medidas no sentido de melhorar e manter a qualidade das águas subterrâneas, da fixação das areias móveis e da protecção ambiental e microclimática ;
 - **Reduzida diversidade de espécies florestais presentes** – predomínio de povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, verificando-se a quase inexistência de outras espécies florestais;
- Elevada proporção de troços fluviais muito degradados ou degradados** – devido à atividade agrícola e industrial a maioria dos troços fluviais desta subregião apresentam-se degradados;
- **Número de ocorrências de incêndios florestais e área queimada consideráveis** – comparativamente com outras subregiões homogêneas desta região PROF, o número de ocorrências e a extensão da área queimada nesta subregião são dos mais elevados no Centro Litoral.

A subregião **Sicó e Alvaiázere** apresenta um elevado potencial para o desenvolvimento da silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores, assim como atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem. Tendo em consideração a predominância de solos calcários, o desenvolvimento destas potencialidades tem de ser realizado de forma integrada, tendo em conta medidas de proteção do solo e da água, devido ao grande risco de erosão a que este tipo de solos está sujeito.

A importância destas potencialidades e condicionantes, reflete-se na hierarquização das funcionalidades desta subregião:

- 1ª função: Silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores
- 2ª função: Proteção
- 3ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem

Pontos Fortes

- **Existência de atividades silvo pastoril e apícola** – atividade silvo pastoril essencialmente de caprinos - Queijo Rabaçal com DOP (elevado n.º de animais caprinos nos concelhos de Pombal, Soure e Condeixa-a-Nova) e de ovinos (elevada densidade pecuária). Prática da atividade apícola.
- **Potencial para a caça menor e para a pesca** – com zonas de caça na quase totalidade da subregião, a caça menor tem uma elevada utilização máxima efetiva para várias espécies cinegéticas, nomeadamente o coelho bravo, o pombo, a perdiz, a rola e os tordos. Pesca no rio Mondego (curso de água classificado como piscícola) e nos seus afluentes.
- **Elevado potencial para o recreio nos espaços florestais e com grande interesse paisagístico** – formações cársicas com interesse paisagístico e de recreio, nomeadamente, grutas, lapas, algares e escarpas, sobretudo no concelho de Condeixa. Diversas actividades desportivas nos espaços florestais, nomeadamente, escalada e parapente.
- **Área de conservação de fauna e flora** (Rede Natura 2000) – caracteriza-se pela sua riqueza florística sobretudo graças às comunidades de orquídeas que se desenvolvem nos substratos calcários.
- **Potencial produtivo ótimo para o desenvolvimento de floresta de folhosas caducifólias** – em particular o carvalho cerquinho, apresentando também potencial para a azinheira, de acordo com a vegetação climática da unidade biogeográfica existente.

Pontos Fracos

- **Elevado risco de erosão** – devido às características pedológicas da subregião, designadamente solos calcários, muitos suscetíveis à erosão hídrica e existindo também risco de erosão nas vertentes dos cursos de água.
- **Ecossistemas fluviais muito degradados**, em toda a subregião.

5. Instrumentos de Gestão Territorial Municipal

O Município de Soure na sua globalidade está abrangido em termos de instrumentos de ordenamento do território, apenas pelo Plano Diretor Municipal de Ordenamento do Território. Para além do PDM de Soure, existe apenas o Plano de pormenor da Zona Industrial de Soure.

5.1. Síntese dos Planos Municipais de Ordenamento do território do Município de Soure

Plano Diretor Municipal (PDM)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/94 , de 27 de julho DR n.º 172, Série I-B de 1994.7.27
	1ª Alteração	Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/97 , de 17 de agosto DR n.º 187, Série I-B de 1997.8.17
	2ª Alteração	Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2000 , de 20 de novembro DR n.º 268, Série I-B de 2000.11.20
	Suspensão Parcial (*)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2005 , de 17 de março DR n.º 54, I Série - B de 2005.3.17
	Prorrogação da Suspensão (*)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2007 , de 1 de Junho DR n.º 106, I Série de 2007.6.1
	1ª Retificação	Aviso n.º 1381/2011 , de 6 de julho DR n.º 128, Série II de 2011.7.6
	3ª Alteração	Aviso n.º 5281/2013 , de 18 de abril DR n.º 76, II Série de 2013.4.18
	4ª Alteração	Aviso n.º 6943/2016 , de 1 de junho DR n.º 105, II Série de 2016.6.1
	1ª Correção Material	Aviso n.º 12227/2016 , de 6 de outubro DR n.º 192, II Série
Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure	1ª Publicação	Declaração , de 7 de abril de 1992 DR II Série de 1992.4.7
	Revisão	Portaria n.º 806/93 , de 7 de setembro DR n.º 210, Série I-B de 1993.9.7
	1ª Alteração	Aviso n.º 1656/2008 , de 18 de janeiro DR n.º 13, II Série de 2008.1.18
	1ª Retificação	Aviso n.º 13605/2011 , de 1 de julho DR n.º 125, Série II de 2011.7.1
Nota: (*) Caduca		

5.2. PMOT do Município de Soure em vigor

5.2.1. Plano Diretor Municipal

O PDM de Soure foi publicado através da RCM n.º 58/94 de 27 de julho e registou até à data quatro alterações, uma em 1997, RCM n.º 135/97 de 17 de agosto, outra em 2000, RCM n.º 163/2000 de 20 de novembro, outra em 2013 Aviso n.º 5281/2013 de 18 de abril e outra em 2016, Aviso n.º 6943/2016 de 1 de agosto e surge num contexto marcado por profundas alterações e intervenções estruturantes e, por um período de conjuntura económica favorável. Este instrumento definiu como objetivo fundamental, estabelecer os princípios e as regras a que deverá obedecer o uso, ocupação e transformação do solo no concelho de Soure.

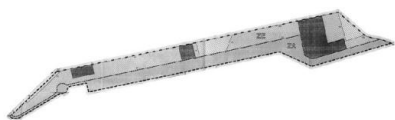
5.2.2. Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure

A Zona Industrial de Soure, localizada na freguesia de Soure, é um polo de atividade económica, que compreende uma área de 34 hectares, com 44 lotes, equipada com infraestruturas básicas e destinada à instalação de unidades industriais, comércio e serviços.



5.2.3. Plano de Pormenor do Centro Náutico de Remo

O Plano de Pormenor do Centro Náutico de Remo, apesar de localizado e promovido pelo município de Montemor-o-Velho, onde funciona um Centro de Alto Rendimento, por se encontrar implantado no limite entre os dois municípios e pela sua relevância de âmbito nacional, como projeto âncora com capacidade de gerar sinergias, representa um forte incremento de valor estratégico do desenvolvimento local, com influência no município de Soure.



5.3. Planos em elaboração

No território do município de Soure, no que diz respeito a Instrumentos de Gestão Territorial, atualmente, apenas se encontra em fase inicial, o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

6. Ocupação do Solo e Concretização Urbanística

6.1. Níveis de Execução do PDM

A análise do nível de execução do PDM em vigor do concelho de Soure permite clarificar o grau das dinâmicas de desenvolvimento municipal. Assim, foram identificadas diversas classes de espaço do solo urbano e foi avaliado o seu nível de compromisso atual. Esta análise foi elaborada com recurso a ortofotomapas datadas de 2008.

As classes de espaço onde se verificou o nível de consolidação correspondem a aglomerados urbanos, áreas de atividade económica existentes ou propostas e ainda as áreas sujeitas a posteriores Planos de Pormenor. Deste modo, por fotointerpretação identificaram-se as áreas consolidadas e vazias dentro das classes de espaço anteriormente citadas, não só as edificações, mas procurou-se também identificar os limites das respetivas propriedades, uma vez que ainda não existe cadastro geométrico no concelho de Soure. A análise permitiu concluir que o nível de execução do PDM apresenta níveis de consolidação, extremamente significativos, o que se traduz no facto dos perímetros urbanos, na sua maioria, se apresentarem bastante preenchidos e consolidados.

Contudo, como os elementos do PDM em vigor ainda não se encontravam, originalmente, em formato vetorial, do seu processo de digitalização resultaram alguns erros devido essencialmente à georreferenciação da planta de ordenamento - classificação e qualificação do solo. Assim, na análise dos níveis de execução/compromisso dos perímetros urbanos houve obrigatoriamente a necessidade de proceder a ligeiras reajustes, o que pode ter resultado, em pequenas diferenças, em relação aos perímetros urbanos publicados em Diário da República.

6.2. Apreciação e Quantificação global do nível de consolidação

Os quadros seguintes sintetizam a análise quantitativa do grau de consolidação dos perímetros urbanos do PDM em vigor, o que permite concluir o seguinte:

- O elevado nível de consolidação dos aglomerados urbanos e das zonas industriais, que correspondem a 77,85% da globalidade do perímetro urbano do PDM em vigor;
- A freguesia de Figueiró do Campo é a que regista menor percentagem de área urbana consolidada, com cerca de 76,96% de consolidação do perímetro urbano em vigor;

- Alfarelos é a freguesia que regista maior percentagem de área já comprometida, com valores na ordem dos 90,87%, onde praticamente todos os seus aglomerados urbanos apresentam elevados níveis de consolidação do perímetro urbano;
- Existe uma heterogeneidade nos níveis de consolidação das áreas industriais das diferentes freguesias. Enquanto na freguesia de Vinha da Rainha, as suas áreas industriais se encontram totalmente consolidadas, na freguesia de Soure apenas 50,14% das suas áreas industriais se encontram comprometidas e na freguesia de Granja do Ulmeiro a área da zona industrial encontra-se ainda por consolidar;
- Necessidade de reajustar uma nova delimitação para as áreas industriais;
- Ausência de intervenção na generalidade das áreas a sujeitar à elaboração de Planos de Pormenor, pois apenas 22,59% dessa área se encontra consolidada.

Quadro 13 - Percentagem de consolidação dos diversos aglomerados urbanos do concelho de Soure

Localidade	Freguesia	Área Consolidada (ha)	Área Total (ha)	% Consolidado
Cabeça da Corte/ Malavenda/ Sabugueiro	U.F Degracias e Pombalinho	49,84	61,52	81,01
Covão das Favas	U.F Degracias e Pombalinho	1,76	2,40	73,37
Mocifas de S.Amaro	U.F Degracias e Pombalinho	9,53	12,08	78,85
Mocifas da Nazaré	U.F Degracias e Pombalinho	5,53	9,61	57,54
Casais S.Jorge	U.F Degracias e Pombalinho	14,66	15,67	93,52
Degracias	U.F Degracias e Pombalinho	28,00	35,14	79,70
Quatro Lagoas / Ramalheira	U.F Degracias e Pombalinho	23,69	25,75	92,00
Vale Centeio	U.F Degracias e Pombalinho	8,50	9,56	88,96
Pombalinho	U.F Degracias e Pombalinho	5,77	7,10	81,25
Fonte Velha	U.F Degracias e Pombalinho	1,33	1,82	73,00
Cotas	U.F Degracias e Pombalinho	12,53	18,60	67,36
Malhadas	U.F Degracias e Pombalinho	25,16	31,56	79,71
Casas Novas / Portela	U.F Degracias e Pombalinho	7,46	11,82	63,12
Porto Coelho	Tapéus	1,32	1,32	100
Venda Nova	Tapéus	6,46	6,91	93,41
QTA S.Bento	Tapéus	2,93	4,29	68,36
Baixos	Tapéus	3,84	4,39	87,41
Carvalho	Tapéus	6,63	7,26	91,27
Tapéus	Tapéus	7,31	9,37	78,10
Carpinteiros	Tapéus	4,43	4,49	98,61
Casal Cimeiro	Tapéus	8,04	12,84	62,61

Azenha	Vinha da Rainha	0,49	0,75	64,67
Pedrogão	Vinha da Rainha	11,86	12,57	94,38
Pedrogão	Vinha da Rainha	12,95	12,95	100,00
Mata	Vinha da Rainha	5,80	8,13	71,37
Carrascal	Vinha da Rainha	8,71	11,12	78,36
Sem toponímia	Vinha da Rainha	6,63	7,26	91,38
Freixe / Queitide	Vinha da Rainha	15,34	22,95	66,83
Vinha Rainha	Vinha da Rainha	121,09	140,41	86,24
Casal dos Ferreiros	Soure	9,12	14,31	63,73
Pouca Pena	Soure	23,59	25,72	91,73
Casal da Charneca	Soure	7,03	9,68	72,62
Melriçal	Soure	36,36	50,67	71,76
Casal das Brancas	Soure	12,10	14,98	80,80
Vila Nova de Anços	Soure	0,25	0,25	100,00
Cavada	Soure	5,21	9,31	55,92
Junqueira/Cavaleiros	Soure	16,86	22,63	74,51
Casal do Brás	Soure	1,00	2,03	49,47
Carvalheira / Fonte da Relva	Soure	13,40	19,84	67,56
Casal do Mareco	Soure	1,19	2,25	52,76
Alencarce de Baixo	Soure	4,02	5,79	69,42
Cascão/Alencarce de Cima	Soure	23,39	34,49	67,82
Vale da Oliveira	Soure	4,60	5,41	85,13
Relvas	Soure	2,48	2,48	100,00
Presa	Soure	3,17	3,17	100,00
Pinheiro	Soure	17,15	20,52	83,61
Fuzeiros	Soure	1,87	2,24	83,64
Podengos	Soure	1,11	1,11	100,00
Rolhão	Soure	2,17	3,15	68,87
Casal Novo/ Gabriéis/Casa Velha	Soure	23,05	35,00	65,85
Lousões	Soure	17,84	26,60	67,07
Soure	Soure	55,96	59,27	94,43
Diversas Qtas	Soure	5,78	5,78	100
Qta S.Pedro	Soure	3,57	5,47	65,22
Estação/ Casalinhos	Soure	63,33	95,08	66,61
Santo Isidro	Soure	0,51	1,04	49,25
Vale da Borra	Soure	8,57	10,76	79,67
Casal da Venda/Venda do Sobral	Soure	11,22	20,93	53,61
Sobral	Soure	57,02	82,70	68,95
Marzagão	Soure	3,14	7,61	41,23
Paleão	Soure	28,58	30,07	95,04
S. Mateus	Soure	4,34	5,52	78,75
Casal do Barril	Soure	34,32	39,94	85,93
Quinta da Cruz	Soure	3,34	6,03	55,36
Lourenços	Soure	7,01	7,41	94,57
Casais da Misericórdia/Simões/ Casal do Justo/Bonitos	Soure	65,79	84,88	77,51

Sem toponímia	Soure	0,35	0,35	100,00
Mogadouro/Barrosos/Gonçalinha	Soure	23,50	42,82	54,88
Delagados	Soure	3,40	4,88	69,77
Guerres	Soure	4,75	9,34	50,88
Qta Meãs/ Marco de Sul	Soure	10,75	14,60	73,62
Casconho	Soure	10,09	11,06	91,22
Porto Coelho	Soure	2,73	4,04	67,64
Venda Nova	Soure	4,98	5,42	91,76
Qta. S.Bento	Soure	1,90	1,95	97,67
Brunhós	U.F Gesteira e Brunhós	11,31	11,72	96,51
Cercal	U.F Gesteira e Brunhós	20,47	21,90	93,47
Valada	U.F Gesteira e Brunhós	6,34	7,53	84,15
Carregosa	U.F Gesteira e Brunhós	13,80	17,17	80,35
Gesteira	U.F Gesteira e Brunhós	36,53	42,85	85,27
Santo Isidro	U.F Gesteira e Brunhós	12,53	14,15	88,56
Casal de Almeida	U.F Gesteira e Brunhós	0,00	0,64	0,00
Vila Nova Anços	Vila Nova de Anços	51,12	55,53	92,05
Casal Vale Grande	Vila Nova de Anços	2,89	6,59	43,76
Barroco	Vila Nova de Anços	7,28	15,02	48,45
Ribeira da Mata	Vila Nova de Anços	8,58	9,50	90,35
Casal Ferreiros	Vila Nova de Anços	0,00	0,02	0,00
Ribeira da Mata	Figueiró do Campo	12,45	18,15	68,57
Cabeços	Figueiró do Campo	2,41	4,87	49,54
Figueiró do Campo	Figueiró do Campo	40,83	46,24	88,29
Casais	Figueiró do Campo	49,27	66,16	74,47
Entre Valas	Figueiró do Campo	0,84	0,84	100,00
Piança de Baixo	Figueiró do Campo	2,71	4,74	57,28
Alfarelos	Alfarelos	85,59	90,68	94,39
Casal do Redinho	Alfarelos	21,31	25,62	83,19
Qta Fontinha	Alfarelos	3,07	4,07	75,52
Casal da Lagoa	Alfarelos	0,51	1,22	41,50
Ribeira da Mata	Alfarelos	0,0006	0,0013	46,15
Granja do Ulmeiro	Granja do Ulmeiro	70,54	73,06	96,55
Casal Galegos/Painças	Granja do Ulmeiro	22,40	29,89	74,94
Alagoas	Granja do Ulmeiro	6,51	12,06	54,02
Belide/Souselas/Serrentoso	Samuel	23,77	28,70	82,83
Figueira da Azóia	Samuel	2,43	3,70	65,66

Carvalho da Azoia	Samuel	16,40	18,00	91,11
Quinta de Famalicão	Samuel	2,27	2,97	76,44
Carcavelos	Samuel	3,95	4,52	87,36
Coles/Palhais/Marco/ Cardal/Casalinho	Samuel	40,50	54,02	74,97
Urmaz	Samuel	4,83	5,60	86,21
Alagoa	Samuel	7,18	10,68	67,22
Saca Bolos/Vale de Serve	Samuel	3,88	4,98	77,90
Azenha	Samuel	5,73	7,16	80,09
Bicanho	Samuel	3,01	3,01	100,00
Caldas da Amieira	Samuel	4,70	5,09	92,24
Casais das Camarinheiras	Samuel	8,46	11,57	73,10
Moinho do Almoxarife	Samuel	7,86	10,46	75,13
TOTAL:		1683,7534	2128,8763	79,09

Tal como já foi descrito anteriormente, os aglomerados urbanos do concelho de Soure encontram-se na sua generalidade perfeitamente consolidados. É possível destacar algumas das principais localidades do concelho onde se registam os valores mais significativos, nomeadamente: Soure (94,43%), Pombalinho (81,25%), Tapéus (78,10%), Vinha da Rainha (86,24%), Brunhós (96,51%), Vila Nova de Anços (92,05%), Figueiró do Campo (88,29%), Alfarelos (98,49%) e Granja do Ulmeiro (96,55%).

Estes níveis de consolidação pressupõem a necessidade de uma nova reconfiguração dos aglomerados urbanos, de modo a que seja possível criar as condições necessárias à fixação de novos habitantes.

Quadro 14 - Total por freguesia, do nível de consolidação dos aglomerados urbanos

Totais Freguesia	Área Consolidada (ha)	Área Total (ha)	% Consolidado
U.F Degracias e Pombalinho	193,75	242,63	79,85
Tapéus	40,96	50,88	80,51
Vinha da Rainha	182,88	216,15	84,61
Soure	641,91	868,55	73,91
U.F Gesteira e Brunhós	100,98	115,95	87,09
Vila Nova de Anços	69,86	86,66	80,61
Figueiró do Campo	108,51	141,00	76,96
Alfarelos	110,48	121,59	90,87
Granja do Ulmeiro	99,45	115,01	86,47
Samuel	134,96	170,46	79,18

Os totais por freguesia obviamente refletem os elevados níveis de execução do perímetro urbano dos aglomerados. Importa destacar que a grande maioria das freguesias do concelho de Soure apresenta níveis de compromisso superiores a 80%.

Quadro 15 - Níveis de consolidação das áreas industriais

Freguesia	Área Consolidada (ha)	Área Total (ha)	% Consolidado
Vinha da Rainha	0,78	0,78	100,00
Soure	36,69	73,17	50,14
Granja do Ulmeiro	0,00	8,14	0,00
TOTAL:	37,47	82,09	45,64

No que diz respeito às áreas de atividade industrial, os resultados são bastante díspares, ou seja, se por um lado na freguesia de Vinha da Rainha a área se encontra perfeitamente consolidada, nas outras freguesias onde existem áreas de atividade industrial, o mesmo não acontece, o que implica a necessidade de, não apenas reconfigurar novas áreas para o fim mas também, adaptar as existentes às novas realidades existentes no território, tendo sempre em conta e acautelando as necessidades futuras.

Quadro 16 - Total áreas de atividade económica e aglomerados urbanos

Unidade	Área Consolidada (ha)	Área Total (ha)	% Consolidado
Zonas Industriais	37,46	82,09	45,64
Aglomerados Urbanos	1683,75	2128,87	79,09
TOTAL	1721,22	2210,96	77,85

O quadro 16 apresenta os somatórios das áreas dos aglomerados urbanos e das zonas industriais, através do qual, é possível verificar a elevada percentagem de consolidação da globalidades desta classes de espaço urbano.

Quadro 17 - % de consolidação nas áreas de expansão a sujeitar à elaboração posterior de plano

Freguesia	Área Consolidada (hectares)	Área Total (hectares)	% Consolidado
U.F Degracias e Pombalinho	1,55	14,18	10,96
Tapéus	1,59	4,15	38,38
Vinha da Rainha	5,43	21,20	25,60
Soure	17,87	117,64	15,19
U.F Gesteira e Brunhós	10,31	24,91	41,37
Vila Nova de Anços	1,88	5,51	34,19
Figueiró do Campo	1,11	16,07	6,91
Alfarelos	13,77	24,59	56,01
Granja do Ulmeiro	0,81	10,51	7,68
Samuel	1,67	9,16	18,27
Total	56,00	247,91	22,59

O quadro 17 reflete, de uma forma inequívoca, o fraco nível de consolidação urbanísticas das áreas identificadas e programadas no PDM de Soure [julho de 1994] para serem sujeitas à elaboração de futuros planos de pormenor. De fato, os planos de pormenor não foram elaborados e, naturalmente, as áreas não foram executadas do ponto de vista urbanístico. No entanto, a ocupação urbanística existe como resultando de processos de edificação existente na altura ou que foram licenciados de uma forma casuística e sem integração nos referidos planos de pormenor programados.

Em síntese, desta análise podemos assumir que a nova proposta de delimitação do perímetro dos aglomerados urbanos, no âmbito do processo de revisão do PDM de Soure, deverá ser equilibrada e coerente com o modelo de ocupação instalado no território, procurando consolidar e estruturar os vazios existentes, revelando também os necessários níveis de enquadramento e de respeito pelas características do sistema biofísico.

7. Dinâmica Urbanística

[a] Perímetros Urbanos

Em matéria de delimitação dos perímetros urbanos importa referir, mais uma vez, da necessidade de se proceder à sua retificação, uma vez que a transposição da carta de Ordenamento para suporte digital revelou várias incongruências.

O modelo urbano linear característico dos territórios mais rurais é o predominante no concelho de Soure, havendo necessidade de se proceder à correção da mancha urbana tendo em consideração a profundidade da “mancha urbana”, a rede de acessibilidades locais, o nível de infraestruturização e, sempre que possível, a estrutura fundiária existente.

A validação das condicionantes territoriais é também uma tarefa fundamental, uma vez que a sua deficiente delimitação tem sido penalizadora em termos de ordenamento territorial, em especial na envolvente dos aglomerados urbanos. A análise dos perímetros do atual PDM permite concluir que os espaços urbanos se encontram bastante consolidados e que a grande maioria dos espaços urbanizáveis, já se encontram estruturadas pela rede de acessos aos aglomerados ou através de instrumentos de gestão territorial.

[b] Os Processos de Licenciamento

A fraca dinâmica construtiva que se regista em alguns dos aglomerados de menor dimensão é causa e consequência da escassez de terrenos com possibilidade de construção, e da não contemplação de mecanismos que possibilitem a colocação no mercado dos terrenos a urbanizar. São fenómenos que devem merecer maior atenção de forma a permitir a fixação nos seus lugares de origem. Neste âmbito foi importante verificar que ao nível dos alvarás de construção no concelho de Soure, se registaram, desde 1974 até ao dia 13 de Outubro de 2015 cerca de 1 694 licenciamentos.

Por freguesia, a procura foi bastante heterogénea, a freguesia de Soure regista o maior número de alvarás concedidos, 783 traduzindo cerca de 43,43% dos processos de todo o concelho. Por outro lado a freguesia de Tapéus regista o menor número de alvarás concedidos, apenas 26 significando um valor residual ao nível do concelho 1,44%.

Quadro 18 – Alvarás de construção 1974-2015

Alvarás de construção	1974 - 2015	
Freguesia	Nº	% Concelho
U.F. Degracias e Pombalinho	128	7,10
Tapéus	26	1,44
Vinha da Rainha	189	10,48
Soure	783	43,43
Samuel	135	7,49
U.F Gesteira e Brunhós	82	4,55
Vila Nova de Anços	82	4,55
Figueiró do Campo	105	5,82
Alfarelos	132	7,32
Granja do Ulmeiro	141	7,82
Total	1803	100,00

Contudo, é importante também destacar a evolução recente do número de alvarás concedidos. A dinâmica construtiva do concelho nos últimos 15 anos aumentou significativamente.

Nas freguesias de Tapéus, União das freguesias de Degracias e Pombalinho e Vinha da Rainha, inclusivamente, apenas começou a haver procura neste período. Nas restantes houve um aumento bastante significativo, é possível destacar por exemplo a freguesia de Soure, onde foram registados 736 alvarás de construção nos últimos 15 anos, o que corresponde a cerca de 43,4% da totalidade dos Alvarás emitidos neste período. De uma forma geral e conclusiva evidencia-se que 1 694 dos 1 803 alvarás de construção foram realizados nos últimos 15 anos, ou seja, cerca de 94% da totalidade dos alvarás de construção.

Quadro 19 - Alvarás de construção 2000-2015

Alvarás de construção	2000-2015	
Freguesia	Nº	%
U.F. Degracias e Pombalinho	128	7,6
Tapéus	26	1,5
Vinha da Rainha	189	11,2
Soure	736	43,4
Samuel	119	7,0
U.F Gesteira e Brunhós	79	4,7
Vila Nova de Anços	76	4,5
Figueiró do Campo	100	5,9
Alfarelos	118	6,9
Granja do Ulmeiro	123	7,3
Total	1694	100,0

A procura, como é natural, estrutura-se em torno dos lotes de terreno para habitação unifamiliar, associado a lotes de dimensão significativa que permitam a prática de uma agricultura de base familiar ou tão só, de recreio e ocupação dos tempos livres. Neste contexto, as transações e a procura de solo classificado como urbano são cada vez mais evidentes.

A dimensão dos espaços urbanos ainda por ocupar ronda um valor na ordem dos 20% do perímetro urbano do PDM em vigor, o que corresponde a um valor limite, se atendermos à ausência de uma política de solos eficaz na capacidade de intervenção sobre o solo e sobre a capacidade de disponibilizar no mercado solo urbano não especulado.

8. Síntese

Em resultado da análise da situação do Território Municipal, importa sintetizar alguns dos aspetos mais marcantes que surgem da análise feita para o REOT, identificando alguns aspetos a ter em conta na futura elaboração de PMOTs.

A paisagem do município de Soure é marcada pelo atravessamento de vias rodoviárias de grande impacto paisagístico como é o caso da A1/IP1, IC2 e A17. Dispõe de uma paisagem heterogénea e, se o norte do concelho é influenciado pela presença de rios com grande importância como Arunca, Ega, Pranto e Mondego, o sudeste do concelho dispõe de uma superfície mais irregular com maiores cotas altimétricas e declives, atingindo cerca de 388 metros, coincidindo com a Serra de Sicó, que se eleva num valor de cota máxima de 618 metros.

Ao nível da estrutura urbana o Município deriva de um modelo de estrutura/hierarquia urbana caracterizado pela dependência e importância centralizadora da vila de Soure e por um crescimento ao longo das vias, principalmente das estradas nacionais, e em mancha de óleo, que foi fomentando a dispersão e desqualificação urbana na periferia da vila.

O Município de Soure encontra-se bem servido de infraestruturas ao nível das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, pela sua importância, também, ao nível do desenvolvimento económico, é fundamental manter e reforçar a visão estratégica que faz de Soure, um concelho “privilegiado” a este nível.

As mudanças que ocorreram nos últimos 22 anos nomeadamente ao nível das ligações nacionais constantes do Plano Rodoviário Nacional, e, também das vias Municipais, obriga a que seja repensada a hierarquia viária Municipal. Neste contexto, o desenvolvimento económico, pretende promover o desenvolvimento local com especial ênfase para os setores associados a um maior potencial competitivo, sejam eles setores já implantados ou sectores emergentes, alinhado com os desígnios nacionais, que importará reinterpretar a estratégia de localização das atividades económicas, associadas ao novo quadro de acessibilidades.

No que respeita ao acompanhamento dos IGT, de acordo com a legislação em vigor, as entidades da administração devem promover a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais, por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos. Esta prática vai permitir a monitorização da evolução da execução dos instrumentos de gestão territorial, com o objetivo de:

- a. Assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível da execução como dos objetivos a médio e longo prazo;
- b. Garantir a criação ou alteração coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- c. Corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d. Garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações, com rendas ou a custos controlados;
- e. Promover a melhoria de qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos.

Desta forma, durante a elaboração dos IGT deverão ser definidos critérios de avaliação que permitam uma recolha de informação permanente, facilitando a respetiva monitorização.

Soure, outubro de 2016

